



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
NPEA – Núcleo de Pesquisa e Ensino em Arqueologia

## **PROGRAMA DE ARQUEOLOGIA**

**&**

## **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

**BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisa TO/PA à Rurópolis (Excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento-Tucuruí**

### **4º RELATÓRIO PARCIAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA BR-230: TRECHO ANAPU-PACAJÁ**



Projeto Autorizado pela Portaria IPHAN n. 7, de 28/09/2009,  
Publicada no DOU n. 186, de 29-09-2009, seção 1, páginas 26 e 27.

Belém, 2 de fevereiro de 2011

Arqueóloga Responsável

**DENISE P. SCHAAN, Ph.D.**

Instituição Executora

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Fonte Financiadora

**DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES**

**Redação do Relatório:**

Denise Pahl Schaan  
Francilene Parente  
Eliane Sousa Faria  
Vera Lúcia Mendes Portal

**Instituição de Execução**

Universidade Federal do Pará  
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
NPEA – Núcleo de Pesquisa e Ensino em Arqueologia  
Faculdade de Etnodesenvolvimento

**Arqueóloga Responsável:****DENISE PAHL SCHAAN, Ph.D.**

Endereço para correspondência: Av. Magalhães Barata, 84 apto 103  
Bairro Nazaré - CEP 66040-170 – Belém /PA.

Endereço eletrônico: [denise@marajoara.com](mailto:denise@marajoara.com), [deniseschaan@ufpa.br](mailto:deniseschaan@ufpa.br)

Telefone para contato: (91) 3201-8327 (PPGA), 3230-5539 (res.), 8862-2760 (celular).

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA.....	8
2.1. A Educação Patrimonial na BR-230 .....	8
3. METAS DO PROGRAMA .....	9
4. META DESSA ETAPA DE CAMPO .....	10
5. METODOLOGIA .....	11
5.1. Público-Alvo .....	13
6. ATIVIDADES REALIZADAS.....	14
6.1. Contato com as Secretarias de Educação de Anapú e Pacajá .....	14
6.2. Oficinas em Pacajá.....	15
6.2.1.Oficina “Memória e Patrimônio” .....	15
6.2.2. Oficina “Diversidade Cultural” .....	16
6.2.3. Oficina “Direitos Humanos” .....	18
6.2.4. Oficina “Arqueologia na BR-230” .....	21
6.3. Oficinas em Surubim.....	23
6.3.1. Oficina “Arqueologia, Memória e Patrimônio” .....	23
6.3.2. Oficina “Diversidade Cultural e Direitos Humanos” .....	24
6.3.3. Oficina “Entre Jovens e Brincadeiras: construindo sentidos e subjetividades a partir do Patrimônio Arqueológico” .....	26
6.4. Oficinas no Centro Nazaré .....	29
6.4.1. Oficina “Arqueologia, Memória e Patrimônio” .....	29
6.4.2. Oficina “Diversidade Cultural e Direitos Humanos” .....	31
6.4.3. Oficina “Entre Jovens e Brincadeiras: construindo sentidos e subjetividades a partir do Patrimônio Arqueológico” .....	33
6.5. Oficinas em Santana .....	35
6.5.1. Oficina “Arqueologia, Memória e Patrimônio” .....	35
6.5.2. Oficina “Diversidade Cultural e Direitos Humanos” .....	37

6.5.3. Oficina “Entre Jovens e Brincadeiras: construindo sentidos e subjetividades a partir do Patrimônio Arqueológico” .....	39
6.6. Oficinas em Anapú.....	42
6.6.1. Oficina “Direitos Humanos” .....	42
6.6.2. Oficina “Arqueologia” .....	44
6.6.3. Oficina “Memória, Patrimônio e Diversidade Cultural” .....	45
6.7. Visitas Monitoradas ao Sítio Arqueológico São José.....	47
6.7.1. Relatos e percepções durante as visitas ao Sítio Arqueológico São José.....	53
6.8. Fórum de Educação Ambiental .....	54
7. DIFICULDADES.....	55
8. CONCLUSÕES.....	56
9. EQUIPE TÉCNICA.....	58
10. BIBLIOGRAFIA CITADA .....	59
11. ANEXOS.....	60
11.1. Anexo 1 – Folder Geral .....	60
11.2. Anexo 2 – Atividades Programadas para Anapú e Pacajá .....	63
11.3. Anexo 3 – Folder Anapu e Pacajá.....	68
11.4. Anexo 4 – Ficha de Inscrição .....	71
11.5. Anexo 5 – Questionário Anapú-Pacajá .....	72

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Professora Eliane Faria com os professores da cidade de Pacajá.....	16
Figura 2 - Professora Francilene Parente e os professores em Pacajá .....	17
Figura 3 - Realização de dinâmica de grupo na oficina ministrada pelo professor Assis Oliveira .....	20
Figura 4 - Cristiane Martins e os participantes da oficina de Arqueologia .....	22
Figura 5 - Participantes das oficinas realizadas na cidade de Pacajá .....	22
Figura 6 – Eliane Faria e os professores da comunidade Surubim realizando as atividades propostas.....	24
Figura 7 - Oficina ministrada pelo professor Assis Oliveira na comunidade Surubim.....	25
Figura 8 - Oficina com estudantes da comunidade Surubim, que desenharam o que consideram patrimônio.....	28
Figura 9 - Apresentação dos desenhos confeccionados durante a oficina com os jovens na Vicinal Surubim .....	28
Figura 10 - Sebastião, um dos moradores mais antigos do Ramal Surubim; e o Posto de Saúde do Ramal .....	28
Figura 11 - Oficina ministrada Por Vera Portal na comunidade Centro Nazaré.....	31
Figura 12 - Apresentação das atividades confeccionadas na oficina “Diversidade e Direitos Humanos” .....	33
Figura 13 - Jovens realizando a atividade proposta na oficina .....	35
Figura 14 - Estudantes apresentando desenhos confeccionados durante a oficina.....	35
Figura 15 - Oficina ministrada por Vera Portal no Ramal Santana.....	37
Figura 16 - Oficina “Diversidade e Direitos Humanos”, ministrada pelo professor Assis Oliveira .....	39
Figura 17 - Oficina com as crianças no Ramal Santana; apresentação dos trabalhos confeccionados na oficina .....	41
Figura 18 - Crianças desenhando e apresentando os artefatos arqueológicos por eles confeccionados .....	41
Figura 19 - Oficina com os adolescentes no Ramal Santana.....	41
Figura 20 - Estudantes que participaram da oficina no turno vespertino no Ramal Santana	42

Figura 21 - Oficina ministrada pelo professor Assis Oliveira. Professoras de Anapú apresentando atividade proposta na oficina .....	44
Figura 22 - Oficina ministrada pela professora Eliane Faria. Professores realizando atividades sugeridas na oficina.....	45
Figura 23 - Oficina ministrada pela professora Luisa Mastop Lima. Professora de Anapú apresentando desenho realizado na oficina .....	47
Figura 24 - Professor de Anapú demonstrando a forma de utilização do artefato arqueológico. Professora observando artefato arqueológico .....	47
Figura 25 – Sítios arqueológicos na área, com a localização do sítio São José .....	48
Figura 26 – Fragmentos de cerâmica e polidor, sítio São José.....	49
Figura 27 - Professores de Pacajá em visita ao sítio Arqueológico São José. Equipe de arqueólogos e participantes das oficinas.....	51
Figura 28 - Professores do Ramal Surubim em visita ao sítio arqueológico .....	51
Figura 29 - Artefato arqueológico na mão de um professor do Ramal Surubim .....	51
Figura 30 - Professora do Ramal Surubim assinando o livro de visita do sítio arqueológico. Professora da Vicinal Surubim escavando .....	52
Figura 31 - Professores do Ramal Santana em visita monitorada ao sítio arqueológico São José.....	52
Figura 32 - Equipe de arqueologia e professores do Ramal Santana. Professora do Ramal Santana observando artefato arqueológico.....	52
Figura 33 - Professores da Cidade de Anapú em visita monitorada ao sítio arqueológico São José.....	53

## 4º RELATÓRIO PARCIAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA BR-230: TRECHO ANAPÚ-PACAJÁ

### 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório descreve as atividades de Educação Patrimonial realizadas em agosto de 2010 nos municípios de Anapú e Pacajá. Em Anapú as atividades foram executadas na zona urbana e em três vicinais da zona rural: Surubim, Centro Nazaré e Santana. Em Pacajá, as atividades atingiram professores e alunos da rede pública de ensino e população que reside no entorno dos sítios investigados, interessados nas questões de Arqueologia e Patrimônio. As atividades de Educação Patrimonial em Anapú ocorreram de forma concomitante com o trabalho de escavações arqueológicas realizadas no sítio São José, objeto de 3º. Relatório Parcial desse Programa, entregue em dezembro de 2010 (Schaan e Santos 2010).

A Prof.<sup>a</sup> M.Sc. Francilene de Aguiar Parente, da Universidade Federal do Pará, *Campus de Altamira*, coordenou o Projeto de Educação Patrimonial no Trecho Anapú/Pacajá. As atividades relatadas aqui foram realizadas em parceria com a Faculdade de Etnodesenvolvimento do *Campus* Universitário da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Altamira, como atividade de extensão do Curso de Etnodesenvolvimento, intitulada “Etnodesenvolvimento no Xingu: nas trilhas da Diversidade, dos Direitos Humanos e do Patrimônio”.

A equipe de trabalho foi composta por Arqueólogos (Especialistas e Mestre), Antropólogos (Mestre) e bacharel em Direito (e Mestrando), o que proporcionou ampliação na área de atuação da equipe e análise do objeto arqueológico e sua relação com a população do entorno do sítio e das escolas da região.

As atividades foram realizadas sob a forma de oficinas, que serão mais bem explicitadas ao longo do relatório, assim como visitas monitoradas ao Sítio Arqueológico São José, em Anapú. Para conhecimento das atividades programadas e realizadas nas oficinas, conferir o folder das oficinas, Anexo 3.

As atividades desenvolvidas fazem parte do programa de ações do Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento no Xingu: nas trilhas da Diversidade, dos Direitos Humanos e do Patrimônio”, que serão realizadas até dezembro de 2011, com o objetivo de produzir material didático a ser disponibilizado nas escolas públicas de ensino fundamental e médio com o intuito de responder à Lei 11.645 e a Portaria 230/2002 do IPHAN, junto a alguns municípios que se localizam ao longo da Transamazônica. Além disso, conforme previsto no Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial, produziremos um livro de divulgação a ser distribuído também nas escolas como obra de consulta sobre o patrimônio arqueológico da região.

Esse relatório visa dar conta do cumprimento parcial das Metas “d” (*Realizar palestras sobre arqueologia e instrumentalizar professores de escolas do entorno do empreendimento para que possam trabalhar conteúdos de arqueologia em sala de aula*), “e” (*Oportunizar a alunos, professores e comunidade a vivência do trabalho do arqueólogo, possibilitando visitas monitoradas aos sítios arqueológicos e participação nas atividades de pesquisa*) e “k” (*Difundir o conhecimento científico gerado com o estudo através de divulgação aos meios de comunicação, palestras e publicações*) do Programa. Essas metas só serão plenamente desenvolvidas ao final de 2011, após termos desenvolvido atividades similares nos demais municípios atingidos pelas obras de pavimentação das rodovias.

## **2. OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA**

Realizar um amplo estudo do patrimônio arqueológico localizado nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento de pavimentação das rodovias BR-163 (Trecho Santarém-Rurópolis) (217 km de extensão), BR-230: Trecho Div.TO/PA-Altamira – Medicilândia/Rurópolis (871,15 km de extensão), e BR-422: Trecho Novo Repartimento-Tucuruí, com 33 km de extensão, como parte dos Estudos Básicos Ambientais referentes ao processo de licenciamento do empreendimento e em conformidade com o disposto na Portaria nº 230 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

### **2.1. A Educação Patrimonial na BR-230**

A Educação Patrimonial pensada para a BR-230: Transamazônica tem como objetivo estabelecer o diálogo entre universidade, povos indígenas e demais populações tradicionais e sociedade local não indígena, procurando envolver a todos. Para uma maior abrangência das ações, usamos o espaço escolar, onde logramos obter maior divulgação sobre o andamento dos trabalhos arqueológicos e, mais que isso, termos parceiros e multiplicadores dos bens arqueológicos da região, pois acreditamos que, a partir do espaço escolar, seja possível a preservação do patrimônio arqueológico local. As atividades educativas propostas procuram:

- Provocar o interesse da comunidade para ter maior envolvimento com questões voltadas para o patrimônio arqueológico local.
- Estimular professores da rede pública de ensino a ter maior envolvimento com questões voltadas para o patrimônio arqueológico local.
- Estimular o interesse dos professores pelo uso da Arqueologia como uma ferramenta didática em sala de aula.



- Oportunizar a alunos, professores e comunidade a vivência do trabalho arqueólogo, através de visitas monitoradas aos sítios arqueológicos.
- Contribuir para que a comunidade em geral conheça um pouco mais sobre a história local.
- Incentivar a preservação dos patrimônios a partir da Escola.
- Dialogar, a partir dos contextos específicos, as entradas que a relação entre educação e arqueologia, educação e direitos humanos, e educação e diversidade, possam oferecer, construindo os conteúdos programáticos com ampla participação dos agentes locais.

### 3. METAS DO PROGRAMA

As metas do Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial estão listadas abaixo, onde foi dada ênfase às metas parcialmente cumpridas com a realização das atividades em Anapú e Pacajá:

- a. Identificar e registrar através de prospecções arqueológicas intensivas, sistemáticas e oportunísticas, o patrimônio arqueológico na área de influência direta do empreendimento, de maneira a complementar e aprofundar os trabalhos de prospecção realizados durante os Estudos de Impacto Ambiental. Serão inicialmente vistoriadas aquelas áreas em que haverá mobilização de máquinas e equipamentos, assim como construção de alojamentos para trabalhadores e engenheiros, pátios para estacionamento de veículos, refeitório, ambulatório, depósitos, oficinas, escritórios, etc, para que sejam liberadas para o início das obras.
- b. Treinar engenheiros e trabalhadores do empreendimento para o reconhecimento de vestígios e sítios arqueológicos com o intuito de prevenir danos ao patrimônio arqueológico que possam ocorrer devido à descoberta fortuita de sítio ou material arqueológico durante as obras.
- c. Produzir material informativo sobre a arqueologia da área da pesquisa para distribuição nas comunidades e escolas do entorno do empreendimento.
- d. Realizar palestras sobre arqueologia e instrumentalizar professores de escolas do entorno do empreendimento para que possam trabalhar conteúdos de arqueologia em sala de aula;**
- e. Oportunizar a alunos, professores e comunidade a vivência do trabalho do arqueólogo, possibilitando visitas monitoradas aos sítios arqueológicos e participação nas atividades de pesquisa;**
- f. Realizar mapeamento e escavações arqueológicas nos sítios localizados na área de influência direta do empreendimento, investigando feições e estruturas

arqueológicas e coletando espécimes significativos da cultura material de maneira a produzir um conhecimento substancial sobre a ocupação humana pretérita nas áreas sob investigação.

- g. Realizar prospecções sistemáticas e oportunísticas nas áreas de influência indireta do empreendimento, de maneira a identificar e salvaguardar o patrimônio arqueológico de possíveis danos que possam vir a ser causados por mudanças ambientais, econômicas e sociais acarretadas pelo empreendimento.
- h. Realizar estudos de laboratório e gabinete, envolvendo limpeza, triagem, registro, análise, interpretação e acondicionamento adequado do material arqueológico coletado em campo.
- i. Integrar os dados obtidos através das prospecções, escavações e estudos de laboratório em uma base de dados que possibilite uma visão regional da ocupação pretérita na área, e disponibilizando essa base de dados em meio digital para institutos de pesquisa, universidades e Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- j. Colaborar na criação de condições materiais e de recursos humanos para a guarda definitiva do material arqueológico na área da pesquisa.
- k. Difundir o conhecimento científico gerado com o estudo através de divulgação aos meios de comunicação, palestras e publicações.**

#### **4. META DESSA ETAPA DE CAMPO**

Durante a etapa da pesquisa objeto deste relatório, nosso objetivo foi cumprir parte das metas “d”, “e” e “k”:

- d. Realizar palestras sobre arqueologia e instrumentalizar professores de escolas do entorno do empreendimento para que possam trabalhar conteúdos de arqueologia em sala de aula;
- e. Oportunizar a alunos, professores e comunidade a vivência do trabalho do arqueólogo, possibilitando visitas monitoradas aos sítios arqueológicos e participação nas atividades de pesquisa;
- k. Difundir o conhecimento científico gerado com o estudo através de divulgação aos meios de comunicação, palestras e publicações.

## 5. METODOLOGIA

As atividades de educação patrimonial no trecho Anapú/Pacajá começaram a ser planejadas a partir do trabalho de prospecção realizado na mesma área, pela equipe de campo do projeto<sup>1</sup>. Com base nos dados provenientes do relatório da prospecção realizada, entramos em contato com as Secretarias de Educação de Anapú e Pacajá.

As Secretarias designaram algumas pessoas para conversarmos mais detidamente sobre o planejamento das ações nos municípios, tais como local, participantes, apoios. Em Pacajá, o nosso contato foi com a Diretora de Ensino Maria Francinete Sousa e a Coordenadora Pedagógica Luciana Lemos; em Anapú, a Coordenadora Pedagógica Ana Paula Sousa, das escolas da zona urbana do município.

Os primeiros contatos se deram via telefone, ainda nos meses de maio e junho de 2010, quando acordamos uma data para que pudéssemos ir aos municípios verificar os detalhes das ações e instalações onde ocorreriam as atividades, assim como o número de professores que iriam participar das atividades, tendo em vista a mesma realizar-se no início do período letivo do segundo semestre.

No mês de junho de 2010, Francilene Parente e Vera Portal foram até os municípios para conversar pessoalmente com as profissionais designados pelas Secretarias, para apresentar o Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial. Foram acertadas na ocasião as responsabilidades dos parceiros e as condições estruturais para a realização das oficinas.

Em Pacajá, acordamos que as atividades seriam realizadas apenas na sede do município e a Secretaria iria selecionar professores das zonas urbana e rural para participar. A Secretaria ofereceu o espaço de uma creche; o problema é que o espaço era aberto, o que não favorecia o uso de mídias, por causa da luminosidade natural, e ainda tinha o fato de que na data das oficinas as crianças estariam em atividades no lugar. Comprometeram-se então a encontrar outro espaço para a realização das atividades.

Em Anapú nos reunimos com a Coordenadora Pedagógica das escolas da zona urbana, Ana Paula Sousa, e o Coordenador Pedagógico das escolas da zona rural, Giuliano Guzzo. Acordamos quanto ao interesse de que as atividades pudessem ser efetivadas em escolas urbanas e rurais. Escolhemos três comunidades rurais, consideradas centrais pela localização geográfica e que fizessem às vezes de aglutinadoras de professores de localidades próximas. As comunidades escolhidas foram: Surubim, Centro Nazaré e Santana. Além disso, as oficinas se realizariam na zona urbana.

As oficinas da zona rural seriam realizadas nas escolas de suas respectivas comunidades e as da zona urbana na escola de Ensino Fundamental Maria das Dores. Esta escola tinha uma boa estrutura, porém o lugar onde as oficinas seriam realizadas parecia pequeno, dado o fato de não sabermos quantos professores iriam participar. Como não

---

<sup>1</sup> Cf. SCHAAN, Denise P. *1º Relatório Parcial: Programa de Prospecções BR-230*. Universidade Federal do Pará. Belém, fevereiro de 2010.

poderíamos ir até as escolas da comunidade checar quantos professores participariam, confiamos na palavra dos coordenadores de que as escolas comportariam o número de professores que participariam das oficinas.

Com a realização de oficinas nas escolas da zona rural, outro problema se apresentou: precisávamos organizar atividades com os alunos, pois como os professores estariam nas oficinas era necessário manter os alunos ocupados.

Realizar a mesma oficina para os dois públicos não pareceu ser uma atividade adequada, porque são públicos com idades, formação e interesses bastante distintos. Então, pensamos em desmembrar a organização previamente estabelecida para que uma pessoa do grupo pudesse ministrar oficinas exclusivas para os jovens das escolas da zona rural.

As oficinas foram organizadas tendo como centro de discussão o Patrimônio através das perspectivas da Diversidade, dos Direitos Humanos e da Arqueologia, voltada para professores da zona rural e urbana e alunos da zona rural. No formato de oficinas, realizamos discussões teóricas e atividades práticas, a partir das experiências e conhecimentos trazidos pelos participantes, objetivando a confecção de material que representasse as apreensões acerca do Patrimônio.

Nas etapas de Pacajá e Anapú contamos com a colaboração de duas profissionais, uma para cada município, que colaboraram com suas experiências de trabalho junto ao Programa de Educação Patrimonial: a arqueóloga Cristiane Pires Martins e a antropóloga Luiza de Nazaré Mastop Lima.

Ao planejar as atividades, partimos do princípio de estar propondo ações de interesse da comunidade local, que é quem tem maior conhecimento sobre o patrimônio arqueológico da região e pode fornecer informações relevantes para a pesquisa, além da socialização de conhecimentos sobre os sítios e artefatos encontrados.

Finalizamos as atividades com as visitas monitoradas ao Sítio São José, localizado na BR-230 – Rodovia Transamazônica, próximo ao município de Anapú, onde estavam sendo realizadas escavações arqueológicas com a equipe integrante do Projeto Arqueológico. Aproveitamos o trabalho da equipe de escavação para que os professores, alunos e comunidades do entorno pudessem ter contato com o sítio arqueológico e vivenciar o trabalho realizado.

Para isso, disponibilizamos o ônibus do *Campus* Universitário de Altamira para buscar e levar os participantes em suas localidades. Planejamos de forma que cada localidade pudesse passar uma manhã ou tarde no sítio e compartilhar as atividades de campo, de modo que as pessoas aproveitassem ao máximo a estada.

A visita iniciava com a apresentação de toda a equipe que estava no local, e a seguir eram dadas informações sobre o trabalho de campo arqueológico, desde a prospecção à escavação. Foram separadas amostras de material coletado no sítio para mostrar aos participantes, tendo a preocupação de que eles percebessem que seus locais de moradia, lotes, fazendas, roças, podem também ser sítios arqueológicos. Explicava-se

então sobre os procedimentos a serem tomados caso detectassem artefatos arqueológicos nesses locais.

Posteriormente, eram percorridos os espaços que compreendiam o sítio arqueológico, onde a cada descoberta era possível perceber o brilho no olhar, como se dissessem que aquilo que lhes era familiar, como é o caso das “pedras de raio”, que é o nome pelo qual identificam as lâminas de machado.

Depois de feito todo o percurso planejado, o público era reunido para as últimas perguntas e inquietações. Findo esse momento, os presentes eram solicitados a responder um questionário a respeito do trabalho desenvolvido ali. A seguir eram sorteadas camisetas do projeto e proferidas algumas palavras finais pela equipe.

Para conhecimento e acompanhamento dos resultados obtidos com as atividades que vínhamos efetuando até o momento, deixamos, em cada localidade, um CD Room com cópia do relatório dos trabalhos realizados.

Todos responderam de forma muito positiva às atividades planejadas e solicitaram que o trabalho tivesse continuidade para que pudessem acompanhar todas as etapas que o compreendiam.

## **5.1. Público-Alvo**

As oficinas realizadas com professores e alunos da rede pública municipal e estadual de ensino visavam o diálogo sobre questões ligadas ao patrimônio, a partir da perspectiva da diversidade, direitos humanos e arqueologia.

Partindo do princípio de que o contexto escolar é o espaço de produção de saberes, pretendemos trabalhar com professores e alunos da rede pública estadual e municipal de Anapú e Pacajá, na busca de soluções para questões da preservação partindo da perspectiva de que preservação e patrimônio devem caminhar juntos.

Educação, cultura e patrimônio estão interligados, logo não se pode conceber educação dissociada da ideia de cultura e patrimônio. À escola cabe o papel de formar cidadãos a partir desse amálgama, sendo professores, alunos e comunidades sujeitos partícipes e construtores desta realidade.

Acreditamos que o sucesso de projetos educativos no campo do patrimônio cultural mantém relação direta com a forma de pensar a cultura e o patrimônio. Sabemos que o processo de construção de uma postura crítica frente ao patrimônio e a sua preservação não se dá com ações eventuais ou discursos isolados; assim, o processo de significação ou atribuição de valor sobre a produção cultural de uma comunidade implica trabalho contínuo e sistemático.

Por isso, reforçamos a importância da instrumentalização da comunidade em geral e dos professores para a transformação da relação da comunidade com o patrimônio. A

comunidade precisa ser envolvida e se responsabilizar pelas ações preservacionistas relacionadas ao patrimônio local.

Dessa forma, os projetos e ações voltadas para a preservação do patrimônio precisam ser construídos de forma coletiva e participativa. As ações precisam ser feitas com os professores e alunos e não para os professores e alunos, uma vez que é a comunidade quem deve decidir sobre o que é parte do seu patrimônio e o que deve ser preservado. Foi com essa perspectiva que realizamos os diálogos nas oficinas.

## **6. ATIVIDADES REALIZADAS**

### **6.1. Contato com as Secretarias de Educação de Anapú e Pacajá**

Anteriormente à execução das atividades nos municípios de Anapú e Pacajá, a equipe de Educação Patrimonial, representada por Francilene Parente e Vera Lúcia Mendes Portal, entrou em contato, primeiramente por telefone, com as Secretarias de Educação para agendar reunião para o dia 2 de junho de 2010.

Em Anapú, apresentamos o Projeto de Arqueologia e Educação Patrimonial para a Coordenadora Pedagógica das escolas da zona urbana, Ana Paula Sousa, e para o Coordenador Pedagógico das escolas da zona rural, Giuliano Guzzo. Na ocasião, entregamos o folder geral das atividades do Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial – BR-230: Transamazônica, juntamente com as fichas de inscrição para as oficinas (conferir Anexo 4), que seriam ofertadas para professores, alunos e demais pessoas interessadas, tanto da zona urbana quanto da zona rural.

A Secretaria de Educação cedeu espaço na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria das Dores para as atividades na zona urbana; Escola Brasil Grande, na comunidade Surubim; Escola São José 2, na comunidade Centro Nazaré; e Escola Osvaldo Cruz, na comunidade Santana. A Secretaria de Educação se responsabilizou também pela divulgação das atividades e mobilização dos professores para participarem das oficinas e disponibilizou suas funcionários para produzirem a alimentação.

Após verificar o calendário letivo para o segundo semestre de 2010, Ana Paula, juntamente com Francilene e Vera, agendaram as seguintes datas para as oficinas: 19 e 20 de agosto (oficinas com professores da zona urbana de Anapú), 16 de agosto (Ramal Surubim), 17 de agosto (Ramal Centro Nazaré), 18 de agosto (Ramal Santana).

Em Pacajá, conversamos com a Diretora de Ensino, Maria Francinete Sousa, e a Coordenadora Pedagógica, Luciana Lemos. Apresentamos o Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial, com o planejamento das atividades previstas para Pacajá. Ficou acordado que o público alvo seria principalmente professores de todas as áreas de ensino, Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e interessados. Agendamos as oficinas para os dias 13 e 14 de agosto de 2010 (sexta e sábado), a serem realizadas,

inicialmente, na Creche Elcione Barbalho, na cidade de Pacajá. A equipe de Educação Patrimonial responsabilizou-se pela alimentação, material de divulgação e equipamentos para serem utilizados nas oficinas e a Secretaria de Educação pela divulgação das oficinas, inscrição dos professores e disponibilização de serventes para fazer o almoço.

## **6.2. Oficinas em Pacajá**

### **6.2.1. Oficina “Memória e Patrimônio”**

***Ministrante: Eliane Sousa Faria***

No dia 13 de agosto de 2010, das 8 às 12 horas da manhã, foi realizada a Oficina “Memória e Patrimônio”, na Casa Familiar Rural, localizada no município de Pacajá. A oficina foi ministrada pela M.Sc. Eliane Sousa Faria e contou com a presença de 37 professores da rede pública.

Foram discutidos os conceitos de patrimônio e memória. No início da oficina cada participante foi indagado a respeito do que eles consideravam patrimônio. As respostas obtidas, que diziam respeito a bens individuais, como casa, família, estudos etc., possibilitou a desconstrução da ideia de patrimônio relacionado apenas a arquiteturas monumentais, como a imagem do Cristo Redentor, as pirâmides do Egito e igrejas barrocas. A partir das respostas foi possível discutir patrimônio como algo significativo tanto individualmente (patrimônio individual) quanto coletivamente (patrimônio coletivo), mostrando que a visão de Patrimônio como algo alheio contrasta com o empenho das comunidades em preservar o que consideram seu patrimônio, ou seja, a cultura local, a religiosidade, os saberes transmitidos por seus pais e avós.

De modo geral, a partir do que os participantes relataram como sendo seu patrimônio, foi possível discutir os conceitos de patrimônio individual e patrimônio coletivo, patrimônio material e patrimônio imaterial. Após uma abordagem de patrimônio de forma mais geral direcionou-se a discussão para a Arqueologia, procurando mostrar as particularidades desse tipo de patrimônio na região Amazônica.

Os participantes foram indagados sobre o que era arqueologia, qual seu objeto de estudo e quais seus objetivos. Nas respostas foi possível verificar que a visão que predominava, era a ideia de arqueologia como a ciência que estuda o passado e, portanto, algo longe da realidade deles, e sem relação alguma com suas vidas. Porém, quando perguntados se eles já haviam encontrado “potes de barro de índio” e machados feitos de pedra, surgiram numerosos exemplos a respeito desses vestígios arqueológicos. Os participantes expuseram como e em quais circunstâncias encontram os vestígios, e as ressignificações dadas a esses artefatos. Os relatos possibilitaram

mostrar que a arqueologia não era algo distante da realidade deles, mas algo muito presente.

Dessa forma, o conceito de arqueologia como o estudo de coisas “velhas”, foi substituído pela ideia de arqueologia como a ciência que estuda as relações sociais e as transformações nas sociedades, e que, de acordo com o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2003), estuda a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura material e imaterial sem limitação de caráter cronológico.

Em seguida, partindo da exposição de imagens de vários tipos de sítios arqueológicos, os participantes foram indagados a respeito de quais tipos de sítios eles já haviam identificado em seu município. Para finalizar a oficina foi feita uma relação entre os conceitos de patrimônio e memória procurando mostrar a ligação entre memória e identidade social, no âmbito das histórias de vida dos participantes, identificando acontecimentos, personagens e lugares a partir dos quais essa memória se constitui.



Figura 1 - Professora Eliane Faria com os professores da cidade de Pacajá

## 6.2.2. Oficina “Diversidade Cultural”

### ***Ministrante: Francilene Parente***

Realizada na tarde do dia 13 de agosto, na Casa Familiar Rural (CFR) do município de Pacajá, a oficina tinha como objetivo discutir a diversidade cultural e seus principais marcadores, como gênero, cor/raça, idade e sexualidade, com o intuito de estabelecer conexões com o patrimônio arqueológico (sua fabricação e usos). Para isso, tomamos a experiência dos próprios participantes como ponto de partida para reflexão.

Iniciamos a oficina refletindo sobre o que é Diversidade e como ela se constituiu ao longo da história da humanidade. Utilizamos também alguns teóricos da Antropologia para subsidiar o debate, como Geertz (1978), Laraia (2007) e Lévi-Strauss (1982).

Posteriormente, nos detivemos na diferenciação entre diversidade biológica e cultural. Interessante perceber que mesmo tratando-se de professores da rede pública de ensino, alguns cursando ou tendo concluído curso superior, na área das humanidades ou da



educação, quando falei em diversidade foi uníssono o discurso biológico. Poucos expressaram exemplos que viessem abordar a cultura ou o social; e isso só ocorreu quando já havíamos discutido sobre a natureza.

Quando iniciamos o debate sobre a cultura, que era o nosso objetivo com a oficina, solicitei que se expressassem no sentido de mostrar, em desenhos ou textos ou por quaisquer outros meios, o retrato da diversidade cultural da região.

A metade dos produtos foram textos e a outra foram desenhos, mas algo ficou latente em todos: a existência de elementos da natureza nos desenhos, o que demonstra a presença marcante da relação natureza/cultura nessa região da Transamazônica, em que as cidades são meio urbanas meio ruralizadas e as pessoas estabelecem fortes relações nos dois universos sociais, que mais parece um nesses lugares.

De posse da produção realizada pelos participantes das oficinas, propusemos que eles os apresentassem aos demais e, então, discutimos os marcadores sociais explicitados, incluindo quem o havia produzido (se homem ou mulher, idade e outros). As cores utilizadas nos desenhos também foram objeto de observação, para entendermos o que foi escolhido para expressar a diversidade.

Como a confecção do material foi individualizada e a discussão acabava se estendendo sobre alguns desenhos, bastante detalhados (além do fato de que os deixamos à vontade para que nos mostrassem o material e nem todos desejavam fazê-lo), não foi possível a apresentação da produção das 35 pessoas que participavam da oficina, mas a discussão foi muito proveitosa na medida em que a participação, seja como apresentador ou comentando a produção do outro, foi realizada.

Na medida em que a discussão avançava, íamos inserindo o debate sobre a cultura material e imaterial e mostrando as correlações temporais e espaciais para entendimento de como é hoje o lugar onde a gente mora, que ferramentas e usos diversos fazemos delas, e como ele era anteriormente, assim como as pessoas que o constituíam, estabelecendo conexões com o patrimônio arqueológico e suas diversas apreensões. Assim, acreditamos que o objetivo a que nos propusemos na oficina foi alcançado e a sequência das oficinas pode concretizar o que almejamos no Programa de Educação Patrimonial.



Figura 2 - Professora Francilene Parente e os professores em Pacajá

### 6.2.3. Oficina “Direitos Humanos”

#### **Ministrante: Assis Oliveira**

A oficina realizada no dia 14 de agosto de 2010 teve por objetivo discutir os aspectos político-jurídicos dos direitos humanos a partir das possíveis articulações com a trajetória de vida dos participantes e com a compreensão individual do significado dos direitos humanos e da reflexão sobre a realidade escolar.

A atividade contou com a presença e participação significativa de professores de escolas da zona rural de Pacajá. Inicialmente, realizamos dinâmicas de descontração, para possibilitar maior desenvoltura dos participantes e confiança na exposição dos seus pontos de vista.

Após as gargalhadas e descontração coletiva, partimos para a discussão de como as trajetórias de vida podem ser lidas a partir dos direitos humanos. Pedimos que cada pessoa escrevesse numa folha de papel algo sobre seu passado (Quem sou? De onde venho?), seu presente (Onde estou? O que faço?) e seu futuro (O que sonho? O que desejo fazer ou ser?). As respostas mostram que a maioria das pessoas é originária de outras localidades do país, sobretudo de estados da região Nordeste, tendo migrado para Pacajá a fim de melhorar as condições de vida e cujo objetivo futuro está irremediavelmente ligado à formação universitária nos cursos de Geografia ou Biologia, ambos ofertados pelo Instituto Tecnológico Federal do Estado do Pará (IFPA), na própria cidade.

Durante a apresentação das informações relativas às trajetórias de vida, utilizamos os dados para elaborar cartaz com o cruzamento dos diferentes tipos de sonhos (o futuro de cada um) e as dimensões dos direitos humanos, assim formatado:

Sonhos são Dimensões dos Direitos Humanos		
Sonho sozinho – 1ª dimensão dos direitos humanos	Sonho com família ou comunidade – 2ª dimensão dos direitos humanos	Sonho com humanidade – 3ª dimensão dos direitos humanos
1. Futuro melhor 2. Formação acadêmica 3. Ser feliz 4. Vida melhor 5. Ser empresário 6. Professora competente 7. Passar num concurso	1. Vida tranquila com família 2. Filhas não desistam dos sonhos 3. Bom conhecimento na minha comunidade 4. Ajudar professores	1. Dias melhores 2. Paz mundial 3. Futuro melhor do nosso país 4. Menos violência 5. Mundo mais justo

Os dados usados para dialogar como os diferentes tipos de sonhos contemplam maior ou menor número de pessoas, e exigem, por isso mesmo, graus distintos de participação social para sua realização, desde o que se pode fazer sozinho, até o que necessita – como a paz mundial – da adesão de toda a humanidade, das gerações atuais e também das futuras. Assim também são os direitos humanos, cujas diferentes dimensões – direitos de primeira (civis e políticos), segunda (sociais, econômicos e culturais) e terceira ordem (solidariedade, relativos à paz mundial, meio ambiente e genética humana) – também exigem diferentes graus de adesão, apesar de sempre comprometer os Estados nacionais na tarefa de respeitá-los e concretizá-los.

Até por isso mesmo, iniciamos outra discussão sobre a compreensão de direitos humanos de cada participante, para demonstrar que, apesar da pluralidade de concepções acerca do seu significado, todas elas estão inteiramente relacionadas e são consequência obrigatória de determinado projeto de sociedade e de escolha política sobre a prevalência de valores morais mais relevantes. Também foi elaborado cartaz expositivo com a reunião das respostas encontradas a respeito de como cada participante sintetizou seu ponto de vista em uma única palavra:

Palavras usadas para representar a compreensão sobre os direitos humanos
Valorização
Respeito
Igualdade
Solidariedade
Amor
Justiça
Responsabilidade
Oportunidade
Democracia

Com a sistematização, passamos o vídeo “Direitos Humanos”, da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP), e ressaltamos aspectos importantes do vídeo, demonstrando, entre outras coisas, que todos os valores apresentados podiam ser sistematizados num valor matriz central aos direitos humanos: a dignidade da pessoa humana, que apesar da construção histórico-cultural ocidental remeter a contribuições dos preceitos judaico-cristãos e ao racionalismo greco-romano, a formulação atual, retirada da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, é fruto do repúdio à descartabilidade do ser humano por legalidades estatais nazistas e da ditadura militar na América Latina, que cristalizaram a necessidade da

cidadania planetária, ou seja, de instrumentos jurídicos que assegurassem direitos universais que nenhum estado pudesse violar, somente acatar e buscar materializar.

Nesse diapasão, fizemos rápidas elucidações sobre as principais correntes interpretativas dos direitos humanos (jusnaturalismo, positivismo jurídico e interculturalidade), com a conseqüente aproximação da perspectiva intercultural com aportes importantes dos direitos humanos a respeito da diversidade cultural. Posteriormente, adentramos no campo de articulação da educação com os direitos humanos, para dimensionar como trabalhar os direitos humanos nas práticas pedagógicas.

Retornamos às respostas escritas dos participantes, agora para aproveitar a parte que tinha relação com a música “Comida”, do grupo musical Titãs, que foi colocada para que, posteriormente, as pessoas escrevessem sobre “a escola tem fome de quê?” Dentre as questões centrais explicitadas estavam: melhoria da infra-estrutura, com melhores condições nas salas de aula, material didático, alimentação e equipamentos, assim como a superação do preconceito com relação à educação no campo, para ampliar as perspectivas profissionais e socioculturais dos alunos, valorizando a presença dos educadores, dos educandos e dos saberes tradicionais locais.

A partir dos aspectos levantados das múltiplas realidades escolares locais foi possível dialogar acerca de como a discussão dos direitos humanos nas práticas pedagógicas precisa ser estruturada com base nos elementos da realidade sócio-escolar local que podem ser articulados, procurando descobrir temas geradores – como a discussão sobre Belo Monte – e também trabalhar as questões de forma interdisciplinar e transversal.

Para fundamentar as articulações entre educação e direitos humanos foi entregue e lido coletivamente trechos do texto “Educação em direitos humanos na escola: utopia ou possibilidade?”,<sup>2</sup> escrito por Assis Oliveira, com posterior problematização dos aspectos metodológicos relativos às categorias de tema gerador, interdisciplinaridade e transversalização disciplinar.



**Figura 3 - Realização de dinâmica de grupo na oficina ministrada pelo professor Assis Oliveira**

<sup>2</sup> A ser publicado na *Revista Mundo Jovem*, com edição ainda a definir, no ano de 2011. Para citar: OLIVEIRA, Assis da Costa. Educação em direitos humanos na escola: utopia ou possibilidade? In *Revista Mundo Jovem*. Porto Alegre: PUC/RS, 2011. (no prelo)

#### 6.2.4. Oficina “Arqueologia na BR-230”

**Ministrante: Cristiane Pires Martins**

A oficina objetivou apresentar as atividades de prospecções e salvamentos arqueológicos realizados ao longo da BR-230 para o público alvo, de forma a divulgar a metodologia e os resultados obtidos até o momento.

A oficina consistiu na exposição oral sobre temas gerais de Arqueologia regional e do rio Xingu, com ênfase na área de abrangência do Programa de Arqueologia & Educação Patrimonial BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisa TO/PA à Rurópolis (Excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento – Tucuruí. As informações apresentadas foram sistematizadas em forma de slides (Programa PowerPoint) contendo os tópicos trabalhados e imagens de sítios arqueológicos da região amazônica e dos procedimentos realizados no âmbito do Programa de Arqueologia da BR-230.

Os temas abordados foram os seguintes:

- O que é Arqueologia?
- Os Sítios arqueológicos e seus vestígios
- Arqueologia da região amazônica
- Tipos de sítios
- Vestígios arqueológicos
- O Programa de Arqueologia na rodovia BR-230
- Os Sítios arqueológicos encontrados
- Algumas conclusões sobre o modo de vida indígena pré-colonial na região

Foram realizadas atividades voltadas para o uso dos conteúdos expostos sobre Arqueologia pelos professores durante suas próprias aulas, para que as informações fossem utilizadas de forma dinâmica e frequente.

Assim, foi sugerido que os professores integrassem conteúdos de Arqueologia na grade curricular de disciplinas como História, Geografia, Química, Biologia, e outras. Para tanto, sugeriu-se que aqueles conteúdos frequentemente expostos em sala de aula fossem exemplificados com dados arqueológicos aliados ao cotidiano dos alunos, uma vez que devido o alto potencial arqueológico da região é comum que os moradores locais estejam em contato com sítios arqueológicos.

Os três grupos formados expuseram seus planos de aula (formulados durante a oficina) e puderam constatar que os conhecimentos arqueológicos podem ser bastante úteis e muito práticos, uma vez que se trata de um tema transversal e que abarca grande diversidade de temáticas.

As atividades propostas realizadas durante a oficina foram extremamente proveitosas uma vez que, além dos professores serem informados das atividades do Programa de Arqueologia & Educação Patrimonial, puderam inserir tal conhecimento nos seus conteúdos programáticos.

Os três grupos, formados pelo critério de disciplinas comuns, elaboraram planos de aula que trataram, em geral, de temas sobre a relação do homem e seu meio ambiente:

- Paisagens modificadas;
- O Histórico do município de Pacajá;
- A Diversidade atual da paisagem como resultado da ocupação indígena pré-colonial.

Ao final da oficina puderam expor seus planos de trabalho, afirmando que os mesmos serão utilizados e contextualizados com demais temas de outras disciplinas.



**Figura 4 - Cristiane Martins e os participantes da oficina de Arqueologia**



**Figura 5 - Participantes das oficinas realizadas na cidade de Pacajá**

### **6.3. Oficinas em Surubim**

As oficinas em Surubim foram realizadas em 16 de agosto de 2010.

#### **6.3.1. Oficina “Arqueologia, Memória e Patrimônio”**

***Ministrante: Eliane Sousa Faria***

Na oficina foi discutido o conceito de patrimônio de uma forma mais geral e, de forma mais específica, o patrimônio arqueológico e a relação entre patrimônio e memória.

A oficina começou com a interrogação a respeito do que os participantes consideravam como patrimônio. A princípio as respostas foram no sentido de mostrar o patrimônio como algo distante da realidade deles como o Cristo Redentor, Centros Históricos, grandes museus. Em seguida foi perguntado aos participantes o que eles consideravam como seu patrimônio particular. Muitos falaram que seu patrimônio particular era sua casa, seu terreno; para outros, a família.

A partir das respostas dadas pelos participantes e da noção que os mesmos tinham por patrimônio foi discutido o seu conceito. Procurou-se discutir que a visão que muitas vezes é passada pelos livros didáticos, ou mesmo pela mídia e empresas de turismo, era a de patrimônio como algo alheio, distante da realidade das pessoas, algo ligado a grandes palácios e arquiteturas monumentais, porém, para além desse patrimônio de “pedra e cal”, o que realmente importava para as pessoas era o patrimônio que elas consideravam como significativo para elas. A partir da resposta dos participantes foi possível desmistificar a ideia de patrimônio como grandes palácios ou monumentos ligados a grandes heróis e levá-los a perceber como as memórias, lugares e suas histórias de vida constituem o maior patrimônio que possuem. Foram discutidos os conceitos de patrimônio individual e patrimônio coletivo, patrimônio material e imaterial. Partindo da discussão de memória foi solicitado aos participantes que os mesmos relatassem sua história de chegada à Transamazônica, ou a história contada por seus pais, no caso dos que já nasceram no local e que relatassem o que eles consideravam seu maior patrimônio.

Com base nos relatos dos professores participantes da oficina foi possível verificar que a maioria é imigrante, chegaram ao local encantados pelas promessas de melhores condições de vida e de terra para plantarem e colherem, feitas pelo governo militar na década de 1970. Os participantes são unânimes na exposição do sofrimento do início da ocupação do ramal Surubim, com a falta de infra-estrutura local.

Os professores reclamaram sobre a falta de escolas e postos médicos na cidade, além da precariedade das estradas que davam acesso ao local. Verificou-se que a maioria dos participantes inicialmente instalou-se em outras cidades que cortam a rodovia Transamazônica, como Vitória do Xingu, Uruará, Medicilândia, Altamira, e, só depois,



mudaram para o ramal Surubim. Todos relataram a dificuldade de conseguir trabalho, sendo a maioria agricultores, pequenos comerciantes e professores.



Figura 6 – Eliane Faria e os professores da comunidade Surubim realizando as atividades propostas

### 6.3.2. Oficina “Diversidade Cultural e Direitos Humanos”

#### **Ministrante: Assis Oliveira**

Surubim, primeira comunidade rural do município de Anapú, no estado do Pará, a participar das oficinas do projeto contou com boa quantidade de professores da escola e de outras escolas próximas participantes, tendo realizado a oficina de direitos humanos no dia 16 de agosto de 2010, pela parte da tarde, na Escola Municipal Oswaldo Cruz.

De início, colocamos a música “Comida” do grupo musical Titãs, e depois solicitamos que cada pessoa escrevesse numa folha do papel respostas a duas perguntas: “A escola tem fome de quê? A comunidade tem sede de quê?” Depois da feitura da tarefa, solicitamos que cada pessoa apresentasse suas respostas, dimensionando, em seguida, que as perguntas sobre *tem fome de* e *tem sede de* poderiam ser substituídas por *tem direito de*, que apenas sinalizariam como os direitos humanos tornaram-se, com o tempo, chave de leitura que permite a compreensão e a explicação da realidade sócio-escolar local, além de sinalizar para as possíveis mudanças necessárias para melhorar as condições sociais de vida.

Dentre as respostas a respeito da realidade escolar, destacam-se posições que enfatizam a necessidade de melhor estrutura física (água encanada, ventilador para as salas, computadores, biblioteca, quadra de esporte e banheiros), formação continuada para professores e estudantes (em computação), materiais didáticos, maior participação dos pais e “de uma bola de vôlei e rede” (Zelândia Ferreira, 26 anos). Em relação à realidade da comunidade, os pontos mais ressaltados foram: necessidade de estrada de boa qualidade, efetivação do posto de saúde local, obtenção de recursos de assistência técnica do governo para condução da reforma agrária, de implementação de ensino médio na escola local, saneamento básico, poço artesiano e “de solidariedade, compreensão e respeito um com outro” (Suely Santos de Jesus, 24 anos).



Em seguida, colocamos o vídeo “Direitos Humanos”, da ANDHEP, e problematizamos, com uso de slides de data-show, alguns fundamentos dos direitos humanos apresentados no documentário e que mereciam aprofundamento teórico. A proposta foi intensamente debatida pelos participantes, com falas significativas a respeito das carências de direitos e das mobilizações sociopolíticas realizadas nos últimos tempos para conseguir alguns investimentos públicos.

Depois, ingressamos no âmbito da articulação entre educação e direitos humanos. Nesse ponto, utilizamos o texto “Educação em direitos humanos na escola: utopia ou possibilidade?” para fundamentar as possibilidades de articulação. Por meio de exemplos práticos que o texto apresenta, enveredamos para a discussão de exemplos que pudessem demonstrar como implementar os três referenciais metodológicos fundamentais para a concretização: tema gerador, interdisciplinaridade e transversalização disciplinar. O principal exemplo utilizado foi o referente à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, com suas várias repercussões socioambientais utilizadas para comprovar a necessidade de partir dos temas locais significantes para articular os direitos humanos e os conteúdos curriculares.

Na última parte da oficina foi solicitado que, em grupo de três ou quatro pessoas, fosse estruturado um plano de aula que articulasse alguma questão social local (da escola ou da comunidade) apreendida na primeira tarefa com aspectos dos direitos humanos e de alguma(s) disciplina(s) curriculares da escola, de modo a exercitar as discussões estabelecidas ao longo da segunda parte da oficina.

No total, cinco planos de aula foram elaborados, sendo que a ampla maioria dos professores escolheu fazer a articulação pretendida na disciplina Ciências, com apenas um grupo tendo escolhido a disciplina Estudos Amazônicos. Das questões sociais locais escolhidas para desenvolver a prática pedagógica, foram listadas: saúde e bem estar da comunidade; saneamento básico (água e lixo); o município; meio ambiente e água potável. Cada grupo fez um plano de aula contendo objetivo, metodologia, avaliação e recursos, cujo esforço foi considerado extremamente salutar para familiarizar as discussões teórico-metodológicas sobre educação em direitos humanos para o contexto local, definindo-a como marco central para a politização da educação.



**Figura 7 - Oficina ministrada pelo professor Assis Oliveira na comunidade Surubim**

### **6.3.3. Oficina “Entre Jovens e Brincadeiras: construindo sentidos e subjetividades a partir do Patrimônio Arqueológico”**

***Ministrante: Francilene Parente***

***Auxiliar: Eliane Faria***

Como dito anteriormente, nos ramais de Anapú realizamos oficinas também com os jovens (mas em todas as atividades as crianças também se fizeram presentes), tendo em vista os professores estarem participando das atividades da Educação Patrimonial. A primeira comunidade visitada foi Surubim.

Quando nos dirigíamos para a comunidade estávamos bastante ansiosos para saber como era a mesma. De longe a avistamos e nos surpreendemos pela beleza e tamanho do lugar. Surubim é uma comunidade relativamente bem estruturada, se levarmos em consideração outras comunidades da região.

A Escola Municipal Oswaldo Cruz é um prédio com duas salas de aula, banheiro masculino e feminino, administração. O prédio é todo em alvenaria. Um refeitório e uma sala ainda são de madeira. O posto de saúde também é de alvenaria. Há mercearias, que “servem” a comunidade de produtos industrializados, como refrigerantes, salgados, afora os gêneros alimentícios, e igrejas evangélicas de diversas denominações. Também possuem abastecimento de água, por meio dos poços, e energia elétrica.

Como não fica distante de Anapú, é muito comum a circulação de pessoas da comunidade na sede da cidade de Anapú, assim como em Altamira, onde encontramos alguns deles posteriormente.

A oficina com os jovens da escola estava programada para o dia todo, conforme a programação acertada com os Coordenadores Pedagógicos do município de Anapú. Entretanto, a comunicação falhou em algum momento, porque havíamos programado que ofertaríamos a oficina conforme o turno em que os alunos estudassem. Assim, quem estudava pela manhã participaria pela manhã e os da tarde à tarde.

Mas não foi isso que ocorreu. Estavam na sala de aula 27 alunos de diferentes idades e perspectivas numa única sala, sem ventilação, por todo o dia; era um dia especialmente quente na região. Este fato foi um complicador para o desenvolvimento do trabalho.

Iniciamos a oficina nos apresentando, assim como o objetivo de nossa visita e oficinas na comunidade. A partir da apresentação e da camiseta que usava, com o nome e figuras da Arqueologia, começamos a debater sobre as palavras Arqueologia e Patrimônio: se já haviam ouvido falar, o que, onde e por quem.

Posteriormente, mostramos alguns slides sobre sítios arqueológicos: os diversos tipos e onde eram encontrados, arguindo-os no sentido de que eles identificassem se havia ou não tais materiais na região onde moravam. Em geral, identificavam a existência de artefatos arqueológicos, mais especificamente as lâminas de machado, chamadas por eles “pedra de raio”, encontradas próximo a um igarapé da região. Se dispuseram a nos

levar até lá, mas como só íamos ficar na comunidade naquele dia e o igarapé era longe não daria tempo de realizar todas as atividades. Deixamos para outra oportunidade.

Após este momento, trouxemos a discussão do patrimônio para a realidade que eles vivenciam e solicitamos a produção de material que representasse o que é patrimônio para eles naquela comunidade. Os desenhos, fabricados, em sua maioria, em cartolina, expressou tanto a cultura material quanto a imaterial. Eram casas, suas e de familiares, a comunidade, posto de saúde, escola, ônibus escolar, igrejas, caixa d'água, cultivos, como o cacau, a mercearia (a primeira que foi construída) e os objetos arqueológicos encontrados na região.

Os trabalhos confeccionados foram apresentados para os demais, com a explicação do porquê aquilo representado seria patrimônio. Finalizamos as atividades da manhã, marcando a volta para as 14 horas.

Pensando no que fazer para a tarde, conversamos com alguns moradores sobre os moradores mais antigos da comunidade, e nos foi indicado o Sr. Sebastião Pereira de Moraes. Fomos conversar com ele, que mora em uma das casas mais confortáveis da comunidade, sobre a possibilidade de ele explicar como nasceu a comunidade para os mais novos e ele se prontificou de estar lá às 14h30.

Às 14 horas voltei para a sala para retomar as atividades. Estava muito quente, a sala cheia de jovens e crianças. Informei qual seria nossa atividade e solicitei que construíssem perguntas para fazer a seu Sebastião.

Foi muito interessante vê-los formulando as perguntas. Os mais novos, que não sabiam escrever, pediam para que nós escrevêssemos a pergunta que tinham formulado.

Na hora marcada, seu Sebastião chegou cheio de histórias, que atiçaram a curiosidade dos presentes. Contou um pouquinho sobre a sua história e a chegada na comunidade, o que foi solicitado por nós, e esperou as perguntas dos participantes e eles não perderam tempo em realizá-las.

A participação de seu Sebastião sobre a história da comunidade e a necessidade de sua continuidade foi ouvida com muito interesse; ele ressaltou que de agora em diante era responsabilidade dos mais novos tocar a vida na comunidade, o que o convidado fez questão de frisar e os jovens de ratificar que haviam entendido.

Seu Sebastião ficou com a turma por cerca de uma hora e meia. Depois finalizou sua fala enfatizando a importância da participação dos jovens nas lutas da comunidade e se despediu informando que estava com muito trabalho com o gado. Agradecemos sua participação.

Continuamos somente com os jovens, e debatemos a atividade. Eles disseram que haviam gostado muito e que percebiam que o que tinham elegido como patrimônio realmente o era porque representava a história de seus antepassados no lugar, assim como a "pedra de raio" representava a presença indígena na região.

Finalizamos por volta das 16h30min, devido ao calor e cansaço dos jovens, que disseram ter gostado muito da atividade e ansiavam por continuidade. Falamos sobre o planejamento para outros municípios da Transamazônica e da possibilidade de isso acontecer no próximo ano.



Figura 8 - Oficina com estudantes da comunidade Surubim, que desenharam o que consideram patrimônio



Figura 9 - Apresentação dos desenhos confeccionados durante a oficina com os jovens na Vicinal Surubim



Figura 10 - Sebastião, um dos moradores mais antigos do Ramal Surubim; e o Posto de Saúde do Ramal

## 6.4. Oficinas no Centro Nazaré

As oficinas no Centro Nazaré foram realizadas no dia 18 de agosto de 2010.

### 6.4.1. Oficina “Arqueologia, Memória e Patrimônio”

***Ministrante: Vera Lúcia Mendes Portal***

No dia 17 de agosto, em Anapú, foi realizada a oficina na comunidade Centro Nazaré com professores de várias escolas, dentre elas: Brasil Grande, Euzébio de Queiroz, Salmo 29, Cristo Rei, Madre Tereza de Calcutá, São José, com 29 professores, que estão lecionando no ensino fundamental ou médio, na maioria das vezes em mais de uma escola.

A oficina ocorreu pela manhã, de 8 às 12h, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Brasil Grande, que está localizada na comunidade de Brasil Grande, às margens da rodovia Transamazônica, lugar que possui história relevante para o município de Anapú. Dorothy Stang, missionária americana ao chegar nessa região morou em Brasil Grande. Durante o pouco tempo que estivemos ali muito ouvimos falar das melhorias que a missionária trouxe para o lugar.

Como não tínhamos o número exato de professores que participariam da oficina optamos por elaborar uma apresentação de slides com conceitos sobre Arqueologia, Memória e Patrimônio, mostrando os artefatos encontrados, os lugares onde foram encontrados e o Projeto de Arqueologia e Educação Patrimonial previsto para a BR-230, mais especificamente para o Trecho: Anapú/Pacajá.

Iniciamos a oficina nos apresentando e em seguida pedimos a todos que se apresentassem. Em seguida começamos a discussão sobre Arqueologia, Memória e Patrimônio. Antes de apresentar os conceitos, os professores foram estimulados a pensar e dizer o que entendiam sobre o conceito em questão. Esse exercício foi ótimo para perceber que os professores possuem conhecimento prévio sobre questões relacionadas aos bens culturais, basta serem instigados para relacionarem com algo que já conhecem.

Após discutirmos o que é Arqueologia, Memória e Patrimônio, prosseguimos conversando sobre o tipo de material que encontramos durante a prospecção e o salvamento arqueológico. Nesse momento vários professores comentaram que já conheciam “esses cacos, potes de cerâmica e corisco” andando pela mata, fazendo roças ou até mesmo em seus quintais. Ao apresentarmos slides das escavações com urnas funerárias e comentarmos sobre os enterramentos, os professores ficaram surpresos e curiosos, logo perguntando se já havíamos encontrado enterramentos no município de Anapú.

Finalizando a apresentação dos slides, solicitei aos professores que se organizassem em quatro grupos para produzirmos material que futuramente pudesse ser utilizado pela

equipe de Educação Patrimonial em publicações. Solicitei que criassem uma atividade para ser aplicada em sala de aula, onde os professores estimulariam a curiosidade dos alunos para conhecerem os bens culturais e, conseqüentemente, pudessem compreendê-los como parte da sua história e assim preservá-los. Porém, os professores deveriam utilizar a Arqueologia como ferramenta didática que pudesse ser realizada em História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Artes e assim por diante.

Como resultado momentâneo, obtivemos o seguinte:

- Arqueologia: restaurar a vida passada, atividade para alunos de 5ª à 8ª séries.
- Arqueologia: pesquisa de campo para ser desenvolvida em História, Geografia e Língua Portuguesa.
- Arqueologia em sala de aula.
- Patrimônio Histórico (Casa da Irmã Dorothy), para séries do ensino fundamental.

Todas as atividades foram pensadas de forma que a discussão pudesse ser realizada em sala de aula, com pesquisa na comunidade, entrevistas com pessoas idosas e a socialização dos resultados alcançados.

Essa atividade teve o propósito de levar os professores a fazer o exercício de levar em consideração o conhecimento adquirido pelas crianças e também de se apropriar do patrimônio local nas diversas disciplinas para que as crianças pudessem entender que os conteúdos trabalhados em sala de aula estão associados à sua vida cotidiana ou à história do lugar onde vivem. É necessário que os alunos sejam instigados a ter curiosidade e assim construir seu conhecimento através da pesquisa, podendo confrontá-los com outras fontes de informação (Freire 2000). Todas as equipes socializaram suas atividades apresentando para todo o grupo.

O idealizador do Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari, Giovanni Gallo já dizia que nossos olhos estão na ponta dos dedos (Gallo 1996); por isso preparamos um kit com material arqueológico coletado na etapa de salvamento na Praia do Pepino, em Altamira, para mostrar aos professores. Ao mostrar os fragmentos cerâmicos ou líticos e passar para que os professores pudessem tocar e sentir, muitas interpretações foram feitas.

Com essa atividade pudemos mostrar o tipo de material que encontramos na prospecção e salvamento arqueológico, discutir um pouco sobre seus usos pelas populações que não existem mais, até sobre o uso desses objetos hoje com outras funções, como foi o caso da própria Escola Brasil Grande, onde pudemos presenciar uma lâmina de machado sendo usada como peso de porta na biblioteca.

Ao pegar e olhar os objetos cerâmicos alguns professores faziam suas interpretações dizendo que os fragmentos eram pedaços de vasilhas de barro que seriam usadas para cozinhar. Já quando pegavam as lâminas de machado, quase sempre contavam histórias sobre o “corisco”, e alguns comentavam que tiveram um desses em casa, mas jogaram fora porque alguém disse que a machadinha atrairia *coisa ruim para casa*.

No final da tarde, com a oficina intitulada “Diversidade e Direitos Humanos”, foi agendada uma visita monitorada ao Sítio Arqueológico São José, próximo à cidade de Anapú, no dia 25 de agosto.

Acreditamos que apesar do tempo ter sido curto para a densidade de informações, muito foi discutido sobre Arqueologia, Memória e Patrimônio. A princípio temos a impressão de ter deixado todos curiosos e com o olhar mais atento para o que está à sua volta.



Figura 11 - Oficina ministrada Por Vera Portal na comunidade Centro Nazaré

#### 6.4.2. Oficina “Diversidade Cultural e Direitos Humanos”

##### **Ministrante: Assis Oliveira**

Na Escola Municipal Brasil Grande, localizada na comunidade rural de Nazaré, município de Anapú, estado do Pará, realizamos a terceira oficina de direitos humanos, no dia 17 de agosto de 2010, pela parte da tarde.

Na primeira parte da oficina, trabalhamos a música “Comida”, do grupo musical Titãs, de modo a discutir aspectos do texto da música que despertaram curiosidade nos participantes e depois solicitamos que cada pessoa escrevesse numa folha de papel respostas a duas perguntas: “A escola tem fome de quê? A comunidade tem sede de quê?” Depois da feitura da tarefa, solicitamos que cada pessoa apresentasse suas respostas, dimensionando, em seguida, que as perguntas sobre *tem fome de* e *tem sede de* poderiam ser substituídas por *tem direito de*, pois sinalizariam como os direitos humanos tornaram-se, com o tempo, chave de leitura que permite a compreensão, a explicação e a intervenção na realidade sócio-escolar local, além de sinalizar para as possíveis mudanças necessárias para melhorar as condições sociais de vida pela utilização dos instrumentos jurídicos como medidas de ação sociojurídicas no plano local, nacional e internacional.

Dentre as respostas a respeito das realidades escolares, destacam-se posições que enfatizam: estrutura (lousa, piso, salas de aula, carteira, biblioteca, merenda,



computadores, horta, sala climatizada, sala de vídeo e área de lazer), de “espaço adequado, de qualidade no ensino, cursos pedagógicos, de livros de qualidade, de equipe de apoio, psicólogo, orientador” (Lucimar Bonfim dos Santos, 26 anos). Em relação à realidade das comunidades, os pontos mais ressaltados foram: construção de posto médico, melhoria das condições das estradas vicinais, oferta de empregos, água, energia elétrica, quadra poliesportiva, área de lazer para as famílias e técnico na agricultura.

Em seguida, colocamos o vídeo “Direitos Humanos”, da ANDHEP, e problematizamos, com uso de slides de data-show, alguns fundamentos dos direitos humanos apresentados no documentário e que mereciam aprofundamento teórico. A proposta foi intensamente debatida pelos participantes, com falas significativas a respeito das carências de direitos e das mobilizações sociopolíticas realizadas nos últimos tempos para conseguir alguns investimentos públicos.

Depois, ingressamos no âmbito da articulação entre educação e direitos humanos. Nesse ponto, utilizamos o texto “Educação em direitos humanos na escola: utopia ou possibilidade?” para fundamentar as possibilidades de articulação. Por meio de exemplos práticos que o texto apresenta, enveredamos para a discussão de fatos que pudessem demonstrar como utilizar os três referenciais metodológicos fundamentais para a concretização: tema gerador, interdisciplinaridade e transversalização disciplinar. O principal tema utilizado foi o referente à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, com as várias repercussões socioambientais utilizadas para comprovar a necessidade de partir dos temas locais significantes (tema gerador) para articular (de forma interdisciplinar e transversal) os direitos humanos e os conteúdos curriculares.

Na última parte da oficina foi solicitado que, em grupo de duas ou três pessoas, fosse estruturado um plano de aula que articulasse alguma questão social local (da escola ou da comunidade) apreendida na primeira tarefa com aspectos dos direitos humanos e de alguma(s) disciplina(s) curricular(es) da escola, de modo a exercitar as discussões estabelecidas ao longo da segunda parte da oficina.

No total, cinco planos de aula foram elaborados, sendo bem diversificada as disciplinas escolares escolhidas para realizar a articulação, constando: Ciências, Matemática, Geografia, História e Língua Portuguesa; quase sempre presente mais de uma disciplina no mesmo plano de aula, o que demonstra a preocupação do trabalho interdisciplinar.

Das questões sociais locais escolhidas para desenvolver a prática pedagógica, foram listadas: problemas de saúde que afligem a comunidade, água, estrutura da comunidade, efeito estufa e famílias. Cada grupo fez um plano de aula contendo objetivo, metodologia e recursos, cujo esforço foi considerado extremamente salutar para familiarizar as discussões teórico-metodológicas sobre educação em direitos humanos para o contexto local, definindo-a como marco central para a politização da educação. Há, além disso, provável possibilidade de utilização de alguns planos de aula para fundamentar os materiais didáticos a serem produzidos no âmbito do Projeto para retorno às escolas participantes.





Figura 12 - Apresentação das atividades confeccionadas na oficina “Diversidade e Direitos Humanos”

### 6.4.3. Oficina “Entre Jovens e Brincadeiras: construindo sentidos e subjetividades a partir do Patrimônio Arqueológico”

**Ministrante: Francilene Parente**

**Auxiliar: Eliane Faria**

A comunidade Centro Nazaré foi um dos locais de morada da Irmã Dorothy Stang, morta por pistoleiros no município de Anapú. A comunidade tem boa estrutura física, contando inclusive com uma quadra poliesportiva, que esteve presente, em quase todos os desenhos feitos pelos adolescentes, como patrimônio.

Na comunidade ainda é encontrada a casa onde a missionária morou, assim como todos os espaços que foram conseguidos pela luta empreendida por ela e a comunidade em geral pela melhoria da condição de vida dessas populações.

Na Escola Municipal Brasil Grande, comunidade Centro Nazaré, tivemos maiores problemas do que em Surubim para realizar a atividade com os jovens. A escola, que se localiza ao longo da Transamazônica, possui mais alunos do que a outra.

Quando chegamos à escola e percebemos o grande número de jovens com quem teríamos que discutir ficou complicado, porque tínhamos somente dois projetores disponíveis: um para a oficina com os professores e outro para aquela com os jovens.

Mesmo que os dividíssemos não íamos ter como trabalhar. Segundo, só tínhamos um adaptador com fio longo, e havia poucas tomadas funcionando na escola. Então, tivemos de trabalhar nas duas salas que ficavam próximas, para conseguirmos ligar os projetores. As salas eram pequenas para exatos 59 alunos, o que dificultou a realização das atividades, porque todos entraram na sala, mas não tínhamos como nos mover.

Iniciamos a discussão explicando o objetivo de nossas atividades. Posteriormente, falamos sobre Arqueologia, seu objeto de estudo e trabalho de campo e a discussão sobre Patrimônio, por meio de slides. As figuras proporcionaram momentos muito importantes, na medida em que nos ajudaram a aproximar a discussão arqueológica dos

jovens que participavam das oficinas, pois eles conseguiam visualizar o material arqueológico e identificá-lo na região.

Sempre que se referiam ao que chamávamos de lâmina de machado, eles identificavam a “pedra de raio”. Então, perguntamos o que era a pedra de raio e como eles achavam que ela aparecia. Falavam que a pedra era atraída pelas árvores em momentos de chuva; e que, ao cair no chão, o impacto era tanto que adentrava sete metros. A cada ano ela subia um metro até que aparecia na superfície, onde a encontrávamos. Contaram também que não “era bom” tê-las em casa, porque atraía raios.

Enfim, a história contada era muito semelhante ao que já ouvimos falar em outros lugares dessa e de outras regiões.

Solicitamos que representassem o que é Patrimônio para eles, desenhando, escrevendo a definição ou outros meios. Ficariam livres para se expressar. Como a sala era muito pequena para o número de pessoas que lá estavam, pedimos que se dispersassem pela escola/comunidade e que voltassem em no máximo meia hora.

Após este tempo, voltamos para a sala para a apresentação do material confeccionado. A cada apresentação era interessante vê-los rindo uns dos outros pela qualidade dos desenhos e as escolhas do que desenhar, o que nos oportunizou aprofundar a discussão sobre o que seria patrimônio e subdivisões.

A grande maioria dos desenhos representava a cultura material na região, variando a noção de patrimônio entre público, como escola, igreja, ônibus escolar, cemitério, rio, Transamazônica, e privado, expresso pelo desenho das casas e fazendas da família. Finalizadas as apresentações, agradecemos a oportunidade de diálogo com eles e nos despedimos.

Na comunidade passamos ainda por um constrangimento, pois havíamos sido informados de que o número de alunos por oficina seria de cerca de 30 pessoas. A comida que havíamos levado não daria para alimentar todos, porque trouxeram os alunos do turno matutino e vespertino no mesmo horário, então decidimos dispensar os alunos na parte da tarde, sem maiores problemas, porque o transporte escolar os aguardava para levá-los de volta.

Sendo assim, nesta comunidade, realizamos atividades com os jovens apenas no horário da manhã, ficando a tarde somente para a oficina com os professores.



Figura 13 - Jovens realizando a atividade proposta na oficina



Figura 14 - Estudantes apresentando desenhos confeccionados durante a oficina

## 6.5. Oficinas em Santana

### 6.5.1. Oficina “Arqueologia, Memória e Patrimônio”

***Ministrante: Vera Lúcia Mendes Portal***

No dia 18 de agosto de 2010, das 8 às 12 h, no ramal Santana, na Escola Municipal de Ensino Fundamental São José 2, realizamos a segunda oficina intitulada “Arqueologia, Memória e Patrimônio” para um grupo de 11 professores de escolas das proximidades, dentre elas: Escola Campos Salles, Escola Nossa Senhora Aparecida, Escola Casinha Feliz e Escola Ricardo Júnior.

Aqui, diferente do número de professores em Brasil Grande, pudemos realizar uma atividade que exigia um tempo maior. Iniciamos pedindo que todos se apresentassem e em seguida pedi para que escrevessem um pouco da sua história. Quando todos haviam terminado de escrever, pedi que fizessem as leituras de seus textos. Comecei contando um pouco da minha própria história. Utilizei dessa estratégia para deixar as pessoas

mais à vontade para falar, afinal não tinham intimidade conosco para contar de suas vidas.

Após a apresentação de minha história, cada professor foi relatando sobre sua vida, inclusive alguns professores se emocionaram ao falar da sua família, de quando chegaram ao Anapú e da relação que possuem com a terra. Observando os relatos pude perceber que os professores são originários dos estados de Goiás, Bahia, Maranhão, Tocantins e Paraíba, sendo apenas dois do Pará, um de Rondon do Pará e outro de Brejo Grande do Araguaia. Quase todos vieram à Anapú por causa de sua família ou à procura de emprego, passando por muito sofrimento. No entanto, ao perguntar se pretendiam voltar à sua cidade natal, todos disseram não querer sair de Anapú.

Dando continuidade à oficina, apresentei os slides discutindo os conceitos de Arqueologia, Memória e Patrimônio, procurando mostrar que muitas vezes o patrimônio arqueológico pode estar no terreno onde moram, na roça onde fazem suas plantações ou até mesmo onde está sua escola. Ao apresentar o material que coletamos em prospecção e salvamento arqueológico os professores conseguiram reconhecer dizendo que realmente já o havia encontrado, mas que até aquele momento *os cacos de cerâmica, pote de barro ou os coriscos não tinham importância alguma*. Porém, alguns deles chegaram a mencionar que a partir dessa oficina passarão a ver *os cacos* de outra forma, como algo que faz parte de sua história. A partir dessa idéia, frisamos o quanto é importante que o educador discuta com seus alunos em sala de aula sobre o patrimônio, principalmente o patrimônio local, para que conhecendo-o possam valorizar (Bessegatto 2004).

Durante a oficina apresentamos também os tipos de sítios arqueológicos existentes e mostramos fotos dos sítios Pedras Escritas e Pedra das Arraias, situados no município de Anapú. Para finalizar a oficina, lembrando Giovanni Gallo, que dizia termos os olhos na ponta dos dedos, apresentei os objetos arqueológicos que foram coletados na Praia do Pepino, em Altamira, durante salvamento arqueológico. Como na comunidade Centro Nazaré, muitos significados foram dados aos fragmentos cerâmicos, no entanto houve um ponto em comum em relação às machadinhas, os professores do ramal Santana também acreditam que as machadinhas são “corisco” e que atraem coisas ruins, por essa razão não podem ter em casa.

Mais uma vez enfatizei aos professores que para preservar o patrimônio arqueológico e junto com ele a história local é necessário que, durante suas aulas, estimulem seus alunos a ter curiosidade, para que através da pesquisa possam construir seu conhecimento, e assim ter sua própria visão sobre o mundo (Freire 2000); pois para preservar precisamos ter sentimento de pertença, só assim compreendemos que devemos cuidar do que é nosso.

O grupo de professores presentes no ramal Santana foi pequeno, mas foi um número ótimo para desenvolver a atividade de conhecer um pouco sobre sua chegada a Anapú. Através de seus relatos foi possível compreender como era a região e até perceber as mudanças na paisagem, como, por exemplo: os ramais que não existiam, as escolas, a própria vila.

A Escola São José 2 possui apenas duas salas de aula e uma cozinha sem as mínimas condições infraestruturais. Mas o que mais nos chamou a atenção foi saber que na Escola não havia banheiro para as crianças utilizarem e na própria comunidade a maioria das casas também não tem banheiros. Mas a comunidade cresceu, a procura por vagas aumentou e houve a necessidade de construir uma escola nova, que é de alvenaria e com banheiros.

Nas duas oficinas realizadas no ramal Centro Nazaré e ramal Santana, os professores produziram material escrito que futuramente será utilizado em publicações pela equipe de Educação Patrimonial; as produções estão arquivadas na Faculdade de Etnodesenvolvimento.



Figura 15 - Oficina ministrada por Vera Portal no Ramal Santana

### 6.5.2. Oficina “Diversidade Cultural e Direitos Humanos”

#### ***Ministrante: Assis Oliveira***

Na Escola Municipal São José II, na comunidade rural de Santana, município de Anapú, no estado do Pará, realizamos a quarta oficina de direitos humanos, no dia 18 de agosto de 2010, pela parte da tarde.

Na primeira parte da oficina colocamos a música “Comida”, do grupo musical Titãs, e depois discutimos a respeito de trechos da música que os participantes mais gostaram, e quais significados eles traziam. Ao mesmo tempo, solicitamos que cada pessoa escrevesse numa folha do papel respostas a duas perguntas: “A escola tem fome de quê? A comunidade tem sede de quê?” Depois da feitura da tarefa, solicitamos aos participantes que apresentassem suas respostas, dimensionando, em seguida, que as perguntas se propunham a discutir quais as demandas sociais de cada espaço, pois a tradução de fome e sede é a de efetivação de direitos humanos, o que sinaliza a potencialidade desse instrumento como chave de leitura que permite a compreensão, a explicação e a intervenção na realidade sócio-escolar local.

Dentre as respostas a respeito da realidade escolar, destacam-se posições que enfatizam a necessidade de qualificação dos professores, merenda adequada, área de lazer, salas

arejadas, bebedouros, banheiro (“que desde 1997 trabalho nessa escola e nunca teve um banheiro para as crianças”, disse Edna Carvalho, 44 anos) e boa qualidade de aprendizagem. Em relação à realidade da comunidade, os pontos mais ressaltados foram: investimento do poder público, viver uma vida digna, moradia, valores econômicos, “fome de sociedade ativa, fome de paz, fome de bons cidadãos e seus direitos sociais” (Anônimo), bom desenvolvimento para a comunidade, educação, uma estrada boa e posto de saúde.

Em seguida, fizemos a leitura da poesia “Para os que virão”, do poeta Tiago de Mello, com rápidas colocações coletivas e posterior inserção do vídeo “Direitos Humanos”, da ANDHEP, o qual problematizamos, com uso de slides de data-show, fundamentos dos direitos humanos apresentados no documentário e que mereciam aprofundamento teórico. A proposta foi debatida pelos participantes, mas sem muitas falas, pois o calor que fazia no local, aliado ao fato da sala não ter nenhum ventilador, fazia com que muitos ficassem desatentos, ante a total falta de condições para a continuidade das atividades.

Depois, ingressamos no âmbito da articulação entre educação e direitos humanos. Nesse ponto, utilizamos o texto “Educação em direitos humanos na escola: utopia ou possibilidade?” para fundamentar as possibilidades de articulação. Por meio de exemplos práticos que o texto apresenta, enveredamos para a discussão de exemplos que pudessem demonstrar como utilizar os três referenciais metodológicos fundamentais para a concretização da educação em direitos humanos: tema gerador, interdisciplinaridade e transversalização disciplinar. O principal exemplo utilizado foi referente à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, com as várias repercussões socioambientais sendo reveladas no data-show para comprovar a necessidade de partir dos temas locais significantes (tema gerador) para articular (de forma interdisciplinar e transversal) os direitos humanos e os conteúdos curriculares.

Na última parte da oficina foi solicitado que, em grupo de duas ou três pessoas, fosse estruturado um plano de aula que articulasse alguma questão social local (apenas da comunidade) apreendida na primeira tarefa com aspectos dos direitos humanos e de alguma(s) disciplina(s) curriculares da escola, de modo a exercitar as discussões estabelecidas sobre educação em direitos humanos.

No total, três planos de aula foram elaborados, sendo que a ampla maioria escolheu fazer a articulação pretendida de forma interdisciplinar, com apenas um grupo não tendo mencionado nenhuma disciplina em especial. Das questões sociais locais escolhidas para desenvolver a prática pedagógica, foram listadas: “fome e sede na comunidade”, prosperidade (dignidade, ética e cidadania) e o governo do município. Cada grupo fez um plano de aula contendo objetivo, metodologia e recursos, cujo esforço foi considerado extremamente salutar para familiarização com as discussões teórico-metodológicas sobre educação em direitos humanos, definindo-a como marco central para a politização da educação e apreendendo-a como possibilidade viável de ser implementada na prática pedagógica.



Figura 16 - Oficina “Diversidade e Direitos Humanos”, ministrada pelo professor Assis Oliveira

### 6.5.3. Oficina “Entre Jovens e Brincadeiras: construindo sentidos e subjetividades a partir do Patrimônio Arqueológico”

#### ***Ministrante: Francilene Parente***

Das três viciniais visitadas, Santana, aparentemente, é a que tem maiores problemas infraestruturais. A Escola Municipal São José II é subdividida em duas estruturas: uma de madeira, chão de terra batida, com ventilação exclusivamente natural, o que é muito raro. A outra tem duas pequenas salas e uma cozinha em igual tamanho, sem ventilação artificial, com apenas uma pequena divisória entre as duas salas. A cozinha possui essa mesma estrutura.

Está sendo construída uma escola de alvenaria na comunidade, com banheiro incluso, o que não há na escola atualmente, e quase nenhum, inclusive na comunidade, o que é relatado pelos jovens que participaram das oficinas como uma das dificuldades encontradas na escola.

Santana foi o único lugar onde conseguimos realizar as oficinas tal como havíamos planejado, porque tínhamos número razoável de estudantes, de cerca de mesma faixa etária, o que permitiu estabelecer linguagem adequada ao público que tínhamos. Pela parte da manhã tivemos 19 estudantes e, à tarde, 29.

A oficina da manhã foi muito mais produtiva do que a da tarde, seja porque a temperatura estava mais amena, seja porque o público se mostrou muito mais interessado e, conseqüentemente, participativo. O público da tarde era composto por pessoas cuja idade variava entre 14 e quase 60 anos.

O local onde ocorreram as oficinas não possuía energia elétrica, portanto não foi possível utilizar nenhuma ferramenta midiática para auxiliar no desenvolvimento das oficinas. Entretanto, pela parte da manhã a discussão fluiu bem, porque tínhamos uma série de peças que utilizamos para que o assunto fosse visualizado por quem não o conhecia.



Começamos a oficina com o diálogo sobre Arqueologia e Patrimônio, fazendo uso de fotos que estavam em nossos notebooks para a visualização do conteúdo por parte dos participantes. O computador circulava entre as pessoas para que todos pudessem ver as fotos.

Posteriormente, utilizamos as peças arqueológicas escavadas nos Sítios Arqueológicos “Praia do Pepino”, em Altamira, em junho de 2010, e “São José”, em Anapú, em agosto de 2010. No momento em que mostrávamos as fotos e as peças ensejávamos a discussão sobre a presença desse material na região. Muitos confirmavam a existência de muitas peças desse material, de diversos tamanhos inclusive, mas lembravam-nos da explicação que atribuíam ao seu aparecimento.

Debatíamos com eles sobre como justificávamos a presença do mesmo material na região e para o que eles serviam. Como a maioria deles tem muita experiência no manuseio de ferramentas para uso da e na floresta ficaram espantados em conhecer a ferramenta utilizada pelos moradores mais antigos do lugar. Entretanto, isso não os fazia desacreditar na explicação dada pelos da região sobre o aparecimento da ‘pedra de raio’.

Enquanto falávamos do assunto, um dos jovens participantes das oficinas foi até sua casa e trouxe-nos duas lâminas de machado que mantinham em casa, para desespero de sua mãe, que receava que os objetos atraíssem raios. Depois fui até sua casa verificar o lugar dispensado na residência para guardá-la: a perna-manca da casa de madeira.

Nas oficinas da manhã e da tarde realizamos a confecção de desenhos sobre patrimônio e sua posterior apresentação. Na oficina da manhã realizamos ainda a representação das lâminas de machado, que foi realizada em forma de desenho pelos participantes, com uso de cores, que retratam como eles conseguem apreender tais artefatos.

Apesar dos problemas ocorridos, as oficinas foram avaliadas de forma positiva, tanto por nós quanto pelos participantes, que enfatizaram a importância destes conhecimentos para conhecer um pouco mais o lugar onde moram, assim como preservá-lo para que outras gerações possam nele habitar. Além disso, é a possibilidade de valorizar o passado e o presente, seja como patrimônio individual e/ou coletivo, público e/ou privado.





Figura 17 - Oficina com as crianças no Ramal Santana; apresentação dos trabalhos confeccionados na oficina



Figura 18 - Crianças desenhando e apresentando os artefatos arqueológicos por eles confeccionados



Figura 19 - Oficina com os adolescentes no Ramal Santana



Figura 20 - Estudantes que participaram da oficina no turno vespertino no Ramal Santana

## 6.6. Oficinas em Anapú

### 6.6.1. Oficina “Direitos Humanos”

**Ministrante: Assis Oliveira**

A última oficina ocorreu na Escola Estadual Maria das Dores, na cidade de Anapú, no dia 19 de agosto de 2010, contando com quantidade expressiva de professores das diversas escolas da área urbana do município, tendo seguido o mesmo modelo das oficinas realizadas nas outras localidades do município.

Iniciamos a oficina com uma dinâmica de descontração, para animar os participantes. Após, fizemos breves considerações sobre os objetivos e a temática da oficina, tendo em seguida colocado a música “Comida”, do grupo musical Titãs, e problematizado aspectos relevantes da música no cenário sociopolítico e jurídico atual. Em seguida, solicitamos que cada pessoa escrevesse numa folha do papel respostas a duas perguntas: “A escola tem fome de quê? A comunidade tem sede de quê?” Com o término da tarefa, pedimos que cada pessoa apresentasse suas respostas, dimensionando, em seguida, que as perguntas sobre *tem fome de* e *tem sede de* poderiam ser substituídas por *tem direito de*, que apenas sinalizariam como os direitos humanos tornaram-se, com o tempo, chave de leitura que permite a compreensão, a explicação e a intervenção na realidade sócio-escolar local, além de sinalizar as possíveis mudanças necessárias para melhorar as condições sociais de vida.

Dentre as respostas a respeito da realidade escolar, destacam-se posições que enfatizam a necessidade de “melhor infraestrutura dos prédios escolares, melhores salários e mais investimentos na capacitação dos profissionais da educação” (Anônimo), ter sala com boa quantidade de estudantes, corpo técnico completo, área de lazer, tecnologia

(computadores), bens mobiliários, mais conforto aos alunos, participação da comunidade, apoio dos órgãos públicos competentes e merenda escolar de qualidade. Em relação à realidade da comunidade, os pontos mais ressaltados foram: ter vida digna, respeito, esperança em dias melhores, “de moradia, de alimento, de formação e informação, de crédito para uma vida melhor” (Maria Helena Cruz Oliveira, 45 anos), emprego, saúde pública, saneamento básico e de conhecer os seus direitos.

Em seguida, fizemos a leitura da poesia “Para os que virão”, de Tiago de Melo, para encerrar a primeira parte da oficina e irmos para o intervalo. Após o intervalo, colocamos o vídeo “Direitos Humanos”, da ANDHEP, e problematizamos, com uso de slides, alguns fundamentos dos direitos humanos apresentados no documentário e que mereciam aprofundamento teórico. A proposta foi intensamente debatida pelos participantes, sobretudo em relação ao discurso midiático de que os direitos humanos são apenas para “soltar bandido”. Dada a provocação, outras pessoas se motivaram a expressar suas opiniões sobre a questão, o que proporcionou interessante debate a respeito de quais os objetivos dos direitos humanos e dos seus defensores.

Depois, ingressamos no âmbito da articulação entre educação e(m) direitos humanos. Nesse ponto, utilizamos o texto “Educação em direitos humanos na escola: utopia ou possibilidade?” para fundamentar as possibilidades de articulação. Por meio de exemplos práticos que o texto apresenta, enveredamos para a discussão de aportes práticos que pudessem demonstrar como utilizar os três referenciais metodológicos fundamentais para a concretização da educação em direitos humanos: tema gerador, interdisciplinaridade e transversalização disciplinar. O principal exemplo utilizado foi o referente à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, com as diversas repercussões socioambientais sendo explanadas coletivamente para compor o quadro de situações sociais significantes (tema gerador) que possibilitam a articulação (de forma interdisciplinar e transversal) com os direitos humanos e os conteúdos curriculares.

Na última parte da oficina foi solicitado que, em grupo de quatro ou cinco pessoas, fosse estruturado plano de aula que articulasse alguma questão social local (exclusivamente da comunidade) descrita na primeira tarefa com aspectos dos direitos humanos e de alguma(s) disciplina(s) curricular(es) da escola, de modo a exercitar as discussões estabelecidas ao longo da segunda parte da oficina.

No total, cinco planos de aula foram elaborados, sendo que três grupos escolheram trabalhar de forma interdisciplinar (agregando todas as disciplinas ou rol amplo delas) e outros dois preferiram trabalhar apenas com História e Artes, respectivamente. Das questões sociais locais escolhidas para desenvolver a prática pedagógica, foram listadas: educação de qualidade; saúde; saneamento básico; meio ambiente; e, “a comunidade tem fome de quê?”. Cada grupo fez um plano de aula contendo objetivo, metodologia e recursos, cujo esforço foi considerado extremamente salutar para familiarizar as discussões teórico-metodológicas sobre educação em direitos humanos para o contexto local, definindo-a como marco central para a politização da educação.

Acrescente-se o fato dos trabalhos terem excelente qualidade expositiva, com definições sobre a educação em direitos humanos na prática pedagógica cotidiana que podem ser utilizadas como referencial para construção de materiais didáticos.



**Figura 21 - Oficina ministrada pelo professor Assis Oliveira. Professoras de Anapú apresentando atividade proposta na oficina**

### **6.6.2. Oficina “Arqueologia”**

#### ***Ministrante: Eliane Faria***

No dia 19 de agosto de 2010, das 14 às 18 horas, foi realizada a oficina “Arqueologia e Patrimônio”, ministrada pela professora M.Sc. Eliane Faria na Escola Estadual de Ensino Fundamenta Maria das Dores, localizada na cidade de Anapú.

A oficina contou com 25 professores. As atividades iniciaram-se com a seguinte pergunta: “O que é Arqueologia? Com base nas respostas dos participantes foram discutidos o conceito de arqueologia e patrimônio e a importância dos mesmos para a nossa sociedade. Foi possível perceber na fala dos participantes uma associação muito clara com a Paleontologia, uma vez que os professores afirmavam que a Arqueologia era o estudo de fósseis de dinossauros e, portanto, algo muito distante da nossa realidade. O desafio a partir das respostas foi mostrar aos participantes a distinção entre Arqueologia e Paleontologia, mostrando a primeira como um ramo das Ciências Humanas que estuda a sociedade e suas transformações.

Os participantes tiveram a oportunidade de tocar em alguns artefatos arqueológicos, apliques zoomorfos e antropomorfos, machados de pedra etc. Assim, puderam tirar suas dúvidas em relação aos artefatos e relatar a descoberta de objetos semelhantes e de sítios arqueológicos em suas comunidades. Após entrarem em contato com os artefatos arqueológicos foi perguntado aos participantes se os mesmos poderiam ser considerados com patrimônio. As respostas foram no sentido de mostrar que os vestígios arqueológicos contavam a história da população que viveu na região antes dos



atuais moradores da cidade e que, portanto, fazia parte da história do local, sendo patrimônio de todos.

Foi proposto que os participantes divididos em grupos descrevam uma atividade a ser executada em sala de aula com seus alunos de ensino fundamental e médio. O título da atividade era: “como trabalhar as temáticas arqueologia e patrimônio em sala de aula?”. Os professores formaram seis grupos. As atividades propostas pelos grupos foram: entrevistas com pessoas mais velhas que conheçam a história da região, visita a sítios arqueológicos próximos à cidade, pedir que os alunos pesquisassem entre os moradores da comunidade a presença de cerâmica e líticos a ser levados a sala de aula para a discussão sobre patrimônio individual e coletivo; Fazer uma exposição sobre os objetos encontrados e promover um debate em sala de aula sobre a importância dos artefatos encontrados. Alguns propuseram que os alunos fizessem a coleta e análise do material encontrado.

Com base nas atividades foram discutidas as propostas que seriam viáveis e dentro da lei sobre a preservação dos sítios e vestígios arqueológicos. Ao final foi possível perceber na fala dos participantes a ideia de que a Arqueologia não era algo tão distante da realidade local como eles achavam antes do início das discussões feitas.



Figura 22 - Oficina ministrada pela professora Eliane Faria. Professores realizando atividades sugeridas na oficina

### 6.6.3. Oficina “Memória, Patrimônio e Diversidade Cultural”

**Ministrante: Luiza Mastop Lima**

A oficina *Diálogos sobre memória, identidade, diversidade cultural e patrimônio* foi realizada em Anapu, no dia 20/08/2010, para professores da rede básica de ensino. Pela manhã, o tema trabalhado foi memória. Estimulou-se o diálogo com os professores iniciando pela definição de memória trazida por dicionários da língua Portuguesa. A partir das definições apresentadas foi-se problematizando-as e provocando os professores a se manifestarem sobre as questões levantadas. Após, apresentaram-se e

explicaram-se as definições dadas à memória no campo da Antropologia, relacionando-a com a Arqueologia.

A isso se seguiu a relação da definição com os temas da oficina: patrimônio, identidade e diversidade cultural. Para que os professores pudessem ter exemplos práticos de como os temas podem se relacionar, ou estão relacionados, apresentou-se narrativas elaboradas por dois povos indígenas da região sudeste do Pará, que produziram textos sobre seus artefatos e mitos, que geraram dois livros, mostrando que a educação pode ser também instrumento político de construção de identidade étnica e expressão de diversidade cultural, patrimônio da humanidade, segundo a *Declaração Universal da Diversidade Cultural*, da UNESCO.

Apresentados os exemplos, pediu-se aos professores que fizessem o exercício de construir narrativas que falassem de suas identidades, tomadas como expressão de diversidade e patrimônio. Num primeiro momento, as narrativas foram construídas individualmente e, num segundo momento, de forma coletiva. Neste momento os professores deveriam eleger um tema que expressasse a identidade das pessoas que vivem em Anapu. O tema mais explorado por eles foi o do surgimento da cidade. As narrativas foram também ilustradas, com desenhos feitos por eles mesmos, sendo produzidos cerca de 30 trabalhos sobre o tema da identidade, potenciais materiais didáticos.

À tarde, o tema trabalhado foi diversidade cultural. Neste momento apresentou-se uma sinopse da *Declaração Universal da Diversidade Cultural*, assim como foram apresentados e problematizados conceitos relacionados ao tema, tais como: preconceito; discriminação; etnocentrismo e racismo. Os professores em geral interagiram bem com a equipe de docentes responsáveis pela oficina e os temas renderam muita polêmica. Um exercício em particular chamou a atenção dos professores: um mapa-múndi com várias pessoas diferentes ao redor dele para que os professores pudessem distribuí-las pelo mapa de acordo com a ideia que tinham de cada pessoa apresentada.

Ainda no intuito de relacionar os temas trabalhados na oficina, os professores narraram e ilustraram histórias acerca dos objetos arqueológicos encontrados na região, ou com os quais em algum momento da trajetória de vida deles eles tenham se deparado. O objeto mais representado e narrado foi o machado de pedra, por eles denominado “corisco”, sendo produzidos 10 trabalhos coletivos sobre o tema.

De maneira geral, a participação dos professores foi satisfatória e eles foram bem receptivos aos temas trabalhados, demonstrando interesse pela temática, solicitando que deixássemos o material desenvolvido para a oficina com eles, assim como bibliografia que eles pudessem utilizar em suas disciplinas.



**Figura 23 - Oficina ministrada pela professora Luisa Mastop Lima. Professora de Anapú apresentando desenho realizado na oficina**



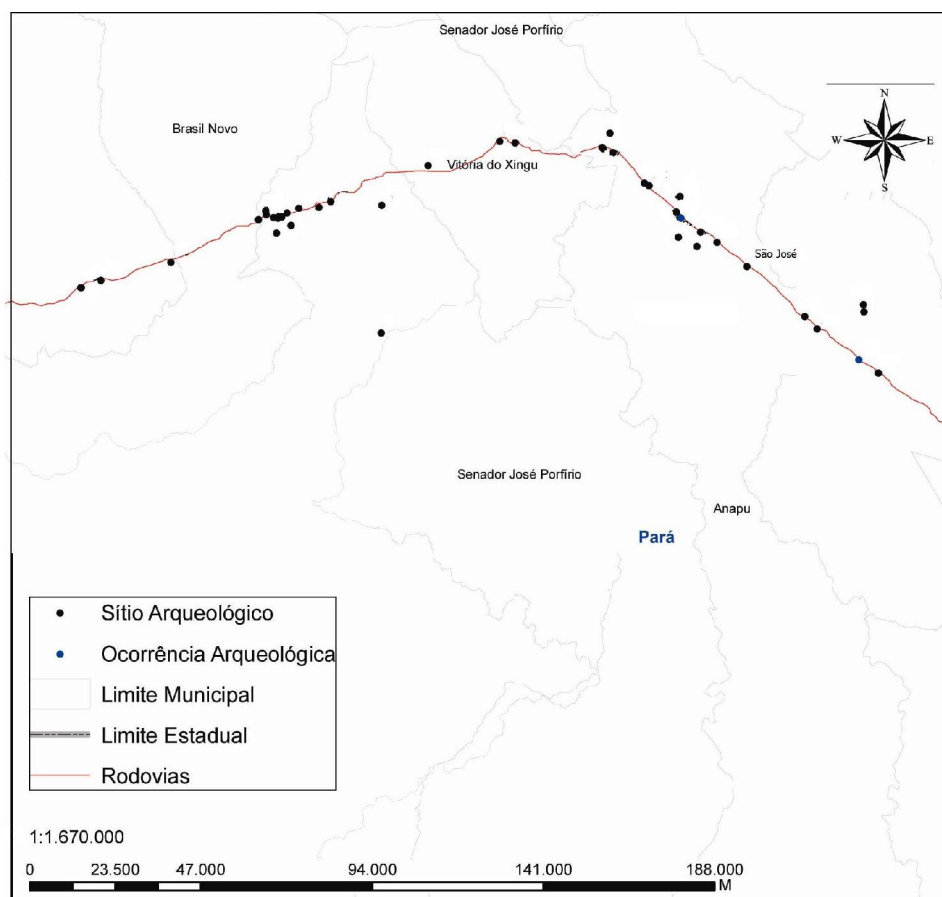
**Figura 24 - Professor de Anapú demonstrando a forma de utilização do artefato arqueológico. Professora observando artefato arqueológico**

## **6.7. Visitas Monitoradas ao Sítio Arqueológico São José**

O sítio São José se encontra seccionado pela rodovia BR-230 em sentido sudeste/nordeste estando a, aproximadamente, 15 km da sede do município de Anapú no Pará, localizado sob as coordenadas UTM 21M 0467866, 9624472. Na ocasião do seu registro, o sítio foi identificado na Fazenda São José, de propriedade do Sr. Hermilton Aguiar de Abreu, na margem esquerda da rodovia sentido Belo Monte/Anapú; no entanto, em etapa anterior de avaliação do sítio, as atividades de delimitação e mapeamento do mesmo revelaram que o sítio se estende para além das terras da Fazenda São José englobando ainda as propriedades dos Srs. Aristóteles Ramos de Jesus e Jonas, ambas na margem oposta da rodovia.

Trata-se de um sítio lito-cerâmico, com camada cultural constituída por Terra Preta Arqueológica, com espessura que variou de 5 a 25cm de profundidade. O sítio possui grandes dimensões e está assentado sobre terreno plano com declive em direção ao

igarapé São José, que seca parcialmente no período de verão e que possui leito rochoso utilizado como área de trabalho (polidores planos) para a confecção de lâminas de machado polidas, encontradas por todo o sítio em superfície e nas sondagens de delimitação.



**Figura 25 – Sítios arqueológicos na área, com a localização do sítio São José**

Durante o mapeamento do sítio foram realizadas coletas de superfície de material cerâmico e lítico, apliques modelados zoomorfos e antropomorfos (com padrão estilístico similar a outros sítios dispersos pela região e registrados durante a prospecção, como o sítio Aldeia, localizado no km 75 da rodovia PA-167 (Travessão da Gabriela, com acesso pela margem esquerda da BR-230, sentido Belo Monte/Anapú, a, aproximadamente, 4km da margem da rodovia), além de serem georeferenciados polidores e vasilhas afloradas em superfície. Observamos que o material arqueológico em superfície ocorre distribuído por uma extensa área e, de certa forma, também representa a dispersão de vestígios em sub-superfície e da TPA.





**Figura 26 – Fragmentos de cerâmica e polidor, sítio São José**

As escavações realizadas no sítio São José foram descritas no 3º Relatório Parcial do Programa (Schaan e Santos 2010).

As visitas ao sítio arqueológico foram agendadas pela equipe de Educação Patrimonial durante as oficinas na zona urbana e rural de Pacajá e Anapú. Foi reservado o dia 24 de agosto para professores do município de Anapú, ramais Surubim e Centro Nazaré; dia 25 de agosto para professores da zona urbana de Anapú e ramal Santana; e dia 26 de agosto para os professores da zona urbana e rural de Pacajá.

Dias antes da visitação ao sítio arqueológico São José, Francilene e Vera foram à casa do seu Jonas e dona Terezinha, pedir autorização para levarmos os professores para conhecerem o trabalho que estava sendo realizado no sítio. Da mesma forma como pedimos autorização a estes proprietários, procuramos seu Aristóteles (proprietário do outro terreno onde estava sendo feita a escavação) e solicitamos sua permissão para levar os professores para a visita.

Para melhor entendimento do trabalho do arqueólogo, do material que estávamos encontrando no salvamento do sítio São José e para a própria visita, nos organizamos da seguinte forma para receber os visitantes:

Em uma área do sítio que pertence ao seu Jonas e dona Terezinha montamos três mesas. Uma mesa com os objetos utilizados no trabalho de escavação. Outra segunda mesa com folder do projeto, frequência para os visitantes e três lâminas de machado doadas por moradores. Na terceira mesa colocamos em exposição fragmentos cerâmicos que foram coletados durante a escavação neste sítio e outros coletados em superfície.

Após passar por esta primeira área os professores seriam levados para visitar as escavações no terreno do Sr. Aristóteles, do mesmo lado.

Em seguida caminhariam até o rio São José, onde existem várias pedras e em algumas delas são visíveis os afiadores e polidores, lugar onde era dado tratamento final às lâminas de machado.

Finalizando a visita, os professores seriam convidados a responder um questionário avaliativo da visita ao sítio arqueológico (cf. Anexo 5).

A visita ao sítio arqueológico é a última etapa do trabalho com as escolas. A equipe de Arqueologia e Educação Patrimonial têm a preocupação de discutir em sala a teoria para que os professores compreendam melhor a Arqueologia, mas também faz questão que os professores não fiquem apenas com a teoria, mas que possam ver na prática como é realizado um salvamento arqueológico. Sendo assim, podemos dizer que fomos da teoria à prática do trabalho de campo da Arqueologia.

Nos dias 24, 25 e 26 recebemos visitas pela manhã, no horário de 9 às 12h, e à tarde, no horário de 14 às 17h. Francilene Parente solicitou micro-ônibus do *Campus* da Universidade Federal do Pará, em Altamira, para transportar os visitantes da zona urbana e rural de Anapú e Pacajá. No primeiro dia recebemos professores e do ramal Surubim e professores do Centro Nazaré; no segundo dia recebemos os professores da zona urbana de Anapú e ramal Santana; já no terceiro dia recebemos os professores da zona rural e urbana de Pacajá. Nos três dias utilizamos a mesma metodologia de trabalho, sempre dando espaço para os questionamentos.

A equipe composta por André dos Santos (coordenador dos trabalhos de campo), Francilene Parente (coordenadora da Educação Patrimonial) e Vera Portal (especialista em Arqueologia) iniciou os trabalhos se apresentando. Em seguida André falou sobre os trabalhos arqueológicos na BR- 230. O André fazia um apanhado geral do que já havia sido feito, do tipo de material encontrado e onde estavam localizados os sítios arqueológicos.

Continuando a conversa com os visitantes, Vera falava dos objetos utilizados na escavação, e do cuidado com o registro das informações sobre as evidências que vão aparecendo durante no desenvolvimento do trabalho de escavação. Vera falou sobre as lâminas de machado doadas por moradores do entorno do sítio e apresentou o material cerâmico coletado nas escavações do sítio São José. Francilene explicou sobre o projeto e também respondeu aos questionamentos.

De acordo com o circuito que montamos, levávamos os visitantes para as duas escavações que estavam acontecendo no terreno do seu Aristóteles. Durante o período de observação do trabalho, os visitantes faziam várias perguntas, por exemplo, sobre o nível de bolha, que material tinha sido encontrado, se sabíamos quantos anos têm a cerâmica encontrada, entre outros questionamentos. Após a visita às duas unidades de escavação, levávamos os visitantes para conhecerem os afiadores e polidores junto ao rio. Ao final, pedíamos que respondessem ao questionário avaliativo da visita, o que ninguém se negou a fazer.



**Figura 27 - Professores de Pacajá em visita ao sítio Arqueológico São José. Equipe de arqueólogos e participantes das oficinas**



**Figura 28 - Professores do Ramal Surubim em visita ao sítio arqueológico**



**Figura 29 - Artefato arqueológico na mão de um professor do Ramal Surubim**





**Figura 30 - Professora do Ramal Surubim assinando o livro de visitação do sítio arqueológico. Professora da Vicinal Surubim escavando**



**Figura 31 - Professores do Ramal Santana em visita monitorada ao sítio arqueológico São José**



**Figura 32 - Equipe de arqueologia e professores do Ramal Santana. Professora do Ramal Santana observando artefato arqueológico**



**Figura 33 - Professores da Cidade de Anapú em visita monitorada ao sítio arqueológico São José**

### **6.7.1. Relatos e percepções durante as visitas ao Sítio Arqueológico São José**

Com a preocupação de mostrarmos aos professores os materiais coletados no sítio São José, optamos por separar os fragmentos mais significativos para colocar na exposição. Na primeira visita dos professores do ramal do Surubim o fragmento cerâmico eram mostrado e em seguida passdo para que pudessem pegar, olhar e observar. Inicialmente, ao pegarem o fragmento, pareciam um pouco espantados ou surpresos, primeiro por saberem que coletamos naquele lugar onde estariam visitando e depois por não conseguirem identificar o que seria, porém percebi que sempre acreditavam que nós já tivéssemos uma resposta sobre o que seria.

As lâminas de machado eram interpretadas como “corisco”, produzidas por um raio, tendo vindo do céu, e que não pode ser guardada em casa porque vai atrair coisas ruins. Entretanto, ao descerem para visitar os polidores e afiadores, alguns professores chegaram a comentar que depois de conhecerem esse sítio acreditam que o “corisco”, temido por eles, pode ter sido produzido pelos índios.

Na visita dos professores da zona urbana de Anapú, mesmo com o manuseio dos fragmentos cerâmicos não houve muitas sugestões de significados para os objetos. Durante a explicação de André, verifiquei que o grupo não se mostrou tão curioso quanto o grupo da manhã, tanto que poucas perguntas foram feitas. O mais instigador curioso era o professor Apolinário Farias, da Escola Maria das Dores. Ao descer no rio para vermos os polidores e afiadores, o professor Apolinário pegou uma rocha pequena e fina e começou a esfregar em uma rocha grande que não tinha polidor ou afiador, e em poucos minutos conseguiu polir a ponta da rocha. Então todo o grupo ficou surpreso ao ver o resultado obtido em tão pouco tempo, ratificando a história por nós contada sobre as lâminas de machado.

Na terceira visita, dos professores do ramal Centro Nazaré, o grupo, inicialmente, estava um pouco tímido, silencioso, mas quando o André falou sobre datação de material arqueológico, os professores começaram a perguntar: como sabíamos quantos anos; se realmente era material produzido pelos índios; como sabíamos onde tinha sítio arqueológico, etc. Quando os fragmentos cerâmicos passaram de mão em mão, a

curiosidade aumentou e uma professora, depois de analisar com calma, disse: *observando esses pedaços de cerâmica, não sei dizer que animais são, mas acredito que naquele tempo podiam ter outros animais que hoje não existem mais, e os índios se inspiravam no que tinha na natureza.* Mais adiante ao mostrar três fragmentos cerâmicos idênticos que, se colocados em uma determinada posição, parecem um peixe, mas se virados ao contrário parecem um barco, a mesma professora, depois de pegar e olhar, fez a seguinte observação: *parece um peixe ou barco, não sei, mas como possuem patas pode ser um animal réptil que se arrastava.* Esse grupo de professores se mostrou bastante interessado e fez muitas perguntas durante toda a visita.

Na quarta visita, dos professores do ramal Santana, tínhamos um grupo pequeno, porém bastante questionador e curioso. Durante a explicação de André sobre os sítios arqueológicos, ao falar dos sítios históricos, comentando sobre os sítios encontrados nos engenhos, a professora Maria Helena Frasão, da Escola Nossa Senhora Aparecida, nascida no estado do Maranhão, disse que chegou a ver as estruturas de engenhos, que sabia que esse lugar era onde os escravos viviam e foram muito maltratados, porém não imaginava que fosse objeto de estudo para a Arqueologia.

A quinta e última visita, dos professores de Pacajá, foi realizada por um grupo maior, que participaram durante toda a visita fazendo questionamentos. Uma professora perguntou quanto aos resultados das pesquisas, se eles teriam acesso aos mesmos, e a Francilene respondeu que lhes entregaria o relatório parcial das pesquisas arqueológicas no trecho entre Anapú e Pacajá e que até o final do projeto seria publicado material sobre essa pesquisa, incluindo as atividades realizadas com as escolas.

Em termos gerais pode-se dizer que as visitas ao sítio São José foram bastante proveitosas, primeiro por conseguirmos passar da teoria à prática com relação ao trabalho de Arqueologia, e segundo porque acreditamos que os professores conseguiram perceber a importância da Arqueologia como ferramenta didática para as disciplinas por eles ministradas, sempre levando em consideração o conhecimento adquirido pelos sujeitos com quem dialogam, como os alunos.

## **6.8. Fórum de Educação Ambiental**

A equipe de Educação Patrimonial foi convidada a participar do Fórum de Educação Ambiental da Região Transamazônica, no âmbito do *Programa da Educação Ambiental BR-230: políticas e práticas para a sustentabilidade local*, realizado no Recanto Cardoso, em Altamira, no período de 23 a 25 de setembro de 2010. A equipe de Educação Patrimonial participou de uma mesa redonda realizada durante o Fórum intitulado “Relato de Experiências”, no qual participantes de vários projetos feitos na Transamazônica relatavam as experiências de pesquisa na região. A professora Eliane Sousa Faria compôs a mesa redonda representando a equipe de educação patrimonial. Na apresentação, foi feita uma explanação das oficinas que já haviam sido realizadas até aquele momento, expondo a metodologia utilizada no trabalho e o público-alvo. Após a

explicação, os ouvintes tiveram a oportunidade de tirar suas dúvidas sobre o trabalho de Educação patrimonial, fazendo questionamentos.

## **7. DIFICULDADES**

Anapú e Pacajá são dois municípios que se localizam ao longo da Transamazônica. Os dois possuem condições semelhantes de habitação, saneamento, saúde e educação. Os relatos dos professores dão conta da deficiência na sua formação, tanto no sentido de ofertas de cursos superiores - que não existem nos municípios, tendo as pessoas de vir cursá-los em Altamira ou, agora, pelo Programa de Formação de Professores (PARFOR), uma parceria entre os governos municipal, estadual e federal, para formação superior de professores da rede pública de ensino no Pará -; quanto na formação complementar.

Nesse sentido, as oficinas ofertadas pelo Programa de Educação Patrimonial vêm colaborar no processo de formação de professores da região, na medida em que objetiva discutir com professores e alunos sobre diversidade, direitos humanos e arqueologia a partir da noção de patrimônio, mais especificamente o arqueológico e sua relação com a ocupação pretérita e presente da e na região.

Entretanto, para a realização desta etapa tivemos uma série de dificuldades. A primeira delas foi o fato de que a equipe se tornou pequena para dar conta de dois municípios: um total de três pessoas para organizar e ministrar todas as oficinas (num total de 17), e mais três colaboradoras que se alternaram em cinco oficinas. Com isso, tivemos muita dificuldade na coleta de dados mais abrangentes sobre os municípios.

Em geral, as oficinas foram realizadas em lugares inadequados. Ou mudaram o lugar da oficina poucos dias antes da realização das mesmas, como em Pacajá; ou o lugar era pequeno, como na comunidade Surubim; ou sem eletricidade nas salas, como no Centro Nazaré e Santana; ou houve mudanças das programações organizadas junto às Secretarias de Educação de Anapú e Pacajá.

Também não contamos com o cumprimento de todos os compromissos por parte das Secretarias de Educação: em Pacajá, por exemplo, as cozinheiras não compareceram. A coordenadora da equipe teve de ir atrás do vice-prefeito da cidade para tentar viabilizar cozinheiras para fazer a comida; já o lanche foi preparado pela própria equipe.

Em alguns lugares, a comida que havíamos levado para suprir o número de pessoas que programamos para as atividades não foi suficiente, porque houve falha na comunicação entre a Secretaria de Educação de Anapú e os coordenadores de Escola Rural, que acabaram incluindo outras pessoas.

Mas também tivemos que contar com algo que não havíamos programado e que de alguma forma favoreceu o desencadeamento do problema citado logo no início das dificuldades: os dados gerais sobre as comunidades, que foi o atraso no repasse das parcelas por parte do Departamento Nacional Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Pretendíamos voltar aos municípios com o pessoal da equipe de campo da Arqueologia para a coleta destes dados, além da continuação do trabalho realizando a etapa de Novo Repartimento, que teve de aguardar até a solução do problema, ocorrido somente no final de novembro.

Tudo isso contribuiu para o relatório que apresentamos neste momento, mas esperamos sanar os problemas na próxima oportunidade que tivermos de ir a campo, coletando os dados que faltam para a elaboração das cartilhas que subsidiarão os professores da região.

## 8. CONCLUSÕES

A cada nova etapa de execução do Programa de Educação Patrimonial o trabalho tem se mostrado ainda mais instigante. A etapa de Anapú/Pacajá foi muito interessante, porque tivemos a oportunidade de trabalhar tanto na cidade quanto em comunidades da zona rural. Isso nos permitiu contato muito mais próximo com os professores, alunos e comunidade em geral na medida em que nos deslocamos e partilhamos de sua realidade, mesmo que por pouco tempo.

Esse *estar lá* possibilitou conhecer *in loco* parte da realidade vivenciada pelas pessoas da comunidade escolar, além do fato de nos aproximar do que consideram patrimônio na comunidade e de como o apreendem no contexto local. O momento também foi importante porque pudemos entrar em contato com outras pessoas da comunidade, que vieram participar das oficinas e contribuir com suas percepções e histórias de vida com os assuntos tratados, tal como ocorreu na comunidade Surubim e Santana.

O envolvimento dos alunos nesta etapa também mostrou-se importante, pois pudemos discutir sobre o seu entendimento acerca do patrimônio e ouvir as vozes que quase sempre são “caladas e esquecidas” nas pesquisas. Entretanto, tivemos dificuldade com relação ao fato de que havia pessoas de diferentes faixas etárias e número de participantes incompatível com o espaço físico disponibilizado para as oficinas e com as atividades propostas. Porém, ao mesmo tempo, demonstra as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos destas comunidades.

Apesar dos problemas ocorridos e relatados, e dos rearranjos feitos para concretizar as atividades propostas, o trabalho foi tudo realizado conforme nossos propósitos. Realizamos 17 oficinas nos municípios de Anapú e Pacajá, sendo oito (8) nas sedes dos respectivos municípios e nove (9) nas comunidades Surubim, Centro Nazaré e Santana, com professores, alunos e comunidades envolvidas nas atividades e as do entorno dos sítios arqueológicos escavados, envolvendo 266 pessoas, sem contar os que não participaram das oficinas mas foram à visitação no sítio arqueológico São José.

Em decorrência do trabalho realizado e do número e diversidade de público envolvido nas atividades, acreditamos ter deixado sementes da discussão sobre o patrimônio (arqueológico) na região abrangida pelo programa, o que pode ser percebido nas



atividades feitas pelos professores nas oficinas e pelos diálogos empreendidos durante e após as mesmas, para serem resgatadas pelos sujeitos envolvidos nas oficinas em suas atividades dentro e fora da sala de aula.

O Trabalho de Educação Patrimonial terá continuidade durante o ano de 2011 nos demais trechos das rodovias que estão sendo pesquisadas em seu patrimônio arqueológico, sempre aproveitando a realização dos salvamentos arqueológicos para promover a visita das comunidades aos sítios, instrumentalizando-as com a realização das oficinas.

## 9. EQUIPE TÉCNICA

### **Coordenação Geral**

Denise Pahl Schaan  
Arqueóloga, PhD em Antropologia  
Universidade Federal do Pará  
[deniseschaan@marajoara.com](mailto:deniseschaan@marajoara.com)

### **Coordenação de Educação Patrimonial/Programa de Extensão do Curso de Etnodesenvolvimento**

Francilene de Aguiar Parente  
Antropóloga, M.Sc. em Antropologia  
Universidade Federal do Pará  
[faparente@ufpa.br](mailto:faparente@ufpa.br)

### **Vice-Coordenação de Educação Patrimonial/Programa de Extensão do Curso de Etnodesenvolvimento**

Eliane da Silva Sousa Faria  
Arqueologia, M.Sc. em Antropologia  
Universidade Federal do Pará  
[sousa.eliane@gmail.com](mailto:sousa.eliane@gmail.com)

### **Docente do Curso de Etnodesenvolvimento**

Assis da Costa Oliveira  
Advogado, Mestrando em Direito  
Universidade Federal do Pará  
[assisdco@gmail.com](mailto:assisdco@gmail.com)

### **Colaboradoras**

Luiza de Nazaré Mastop de Lima  
Antropóloga, M.Sc. em Antropologia  
Universidade Federal do Pará  
[luizamastop@ufpa.br](mailto:luizamastop@ufpa.br)

Vera Lúcia Mendes Portal  
Cientista Social, Especialista em Arqueologia  
Registro IBAMA: 2458012  
Universidade Federal do Pará  
[vera.marajo@gmail.com](mailto:vera.marajo@gmail.com)

Cristiane Pires Martins  
Antropóloga, M.Sc. em Antropologia  
Universidade Federal do Pará  
[cpmartins23@yahoo.com.br](mailto:cpmartins23@yahoo.com.br)

## 10. BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANDHEP. Direitos Humanos. São Paulo: ANDHEP, 21min., 2008.
- BESSEGATO, Maurí Luiz. *O Patrimônio em sala de aula: fragmentos de ação educativa*. Santa Maria: UFMS/LEPA, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 15 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GALLO, Giovanni. *O Homem que Implodiu*. SECULT, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Edotara, 1978.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e Cultura. In: *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 41-49.
- NAJJAR, Rosana. Arqueólogos e Comunidade: Parceiros ou Rivais? *Revista de Arqueologia Americana*. Número 21, 2002.
- OLIVEIRA, Assis da Costa. Educação em direitos humanos na escola: utopia ou possibilidade? *Jornal Mundo Jovem*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. (no prelo).
- SCHAAN, Denise P. Programa de Arqueologia & Educação patrimonial BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisa TO/PA à Rurópolis (Excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento-Tucuruí. *1º Relatório Parcial: Programa de Prospecções BR-230*. Universidade Federal do Pará. Belém, fevereiro de 2010.
- SCHAAN, Denise P. e SANTOS, André. Programa de Arqueologia & Educação patrimonial BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisa TO/PA à Rurópolis (Excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento-Tucuruí. *3º Relatório Parcial: Salvamento Sítios Praia do Pepino e São José*. Belém, Universidade Federal do Pará – Universidade Federal do Pará - UFPA, dezembro de 2010.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-Ação)

## **11. ANEXOS**

### **11.1. Anexo 1 - Folder Geral**

## TRANSAMAZÔNICA:

### UMA REGIÃO CULTURALMENTE RICA

A região cortada pela Transamazônica constitui é diversa e plural do ponto de vista cultural, habitada por diferentes atores sociais, tais como povos indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agrária, ribeirinhos e populações urbanas, além de muito rica do ponto de vista da arqueologia. Foram encontrados **33 sítios e 15 ocorrências arqueológicas** ao longo da rodovia, que indicam a antiga presença indígena na região.

Considerando este contexto firmou-se uma parceria entre o Núcleo de Arqueologia da UFPA, que desenvolve um trabalho de arqueologia na BR-230 e BR-422, sob a coordenação da professora Denise Schaan e a Faculdade de Etnodesenvolvimento da UFPA/Campus Universitário de Altamira.

O objetivo da parceria é contemplar o patrimônio cultural a partir da Arqueologia, Antropologia e Direitos Humanos, envolvendo povos indígenas, agricultores e a população urbana, e especialmente os professores e estudantes de escolas públicas, para que sociedade e universidade possam, juntos, criar ações e condições para a valorização do patrimônio cultural comum.

## PRESERVAR É FUNDAMENTAL!

Acreditamos ser de fundamental importância a realização de ações práticas de preservação e proteção dos sítios arqueológicos, desenvolvidas a partir das atividades acadêmicas de extensão da Faculdade de Etnodesenvolvimento nas escolas existentes no entorno das rodovias BR-230 e BR-422, através da realização de cursos que permitam a formação continuada de professores das escolas públicas e oficinas para alunos, complementadas pela inserção da comunidade em geral no trabalho de pesquisa arqueológica a partir de seus usos e suas vivências com o patrimônio arqueológico e cultural.

## O QUE PRETENDEMOS...

Proporcionar o diálogo entre universidade, povos indígenas e demais populações tradicionais e sociedade local não indígena, utilizando-se principalmente do espaço da escola, com o objetivo de estabelecer parcerias e trocas de conhecimentos a respeito dos bens arqueológicos, visando à preservação desse patrimônio a longo prazo e a (re) construção das histórias do e sobre os lugares.

## COMO FAREMOS

Iremos ministrar oficinas, cursos para os professores e visitas monitoradas aos sítios arqueológicos da região.

## ATIVIDADES PREVISTAS

1. Realização de oficinas e palestras à população do entorno dos sítios arqueológicos tendo como público-alvo professores, alunos e técnicos de escolas municipais e estaduais, associações indígenas, trabalhadores rurais e comunidades quilombolas das rodovias BR- 230 e BR-422.
2. Produzir, a partir das demandas da comunidade, material didático sobre arqueologia, educação patrimonial, direitos humanos e a discussão sobre a diversidade cultural. Os conteúdos serão trabalhados em sala de aula com os alunos e discutidos com a comunidade em geral.
3. Possibilitar visitas aos sítios arqueológicos e participação nas atividades de pesquisa, para que discentes e docentes do curso de Etnodesenvolvimento e comunidades do entorno dos sítios participem de todos os processos que envolvem as escavações arqueológicas.

## INFORMAÇÕES

**Eliane Sousa** - Fone: (91) 8258-4560  
Email: [sousa.eliane@gmail.com](mailto:sousa.eliane@gmail.com)

**Glenda Bittencourt** - Fone: (91) 8831-1205  
Email: [profhistoria23@yahoo.com.br](mailto:profhistoria23@yahoo.com.br)

**Vera Mendes Portal** - Fone: (91) 8139-5113  
Email: [vera.marajo@gmail.com](mailto:vera.marajo@gmail.com)



*Lâmina de Machado encontrada em Pacajá*

## REALIZAÇÃO



**Universidade Federal do Pará**  
**Campus Universitário de Altamira**  
**Faculdade de Etnodesenvolvimento**  
**Coordenação:** Francilene de Aguiar Parente– (UFPA)

**Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e**  
**Populações Tradicionais (PAPIT)**

**Coordenação:** Jane Felipe Beltrão (UFPA)

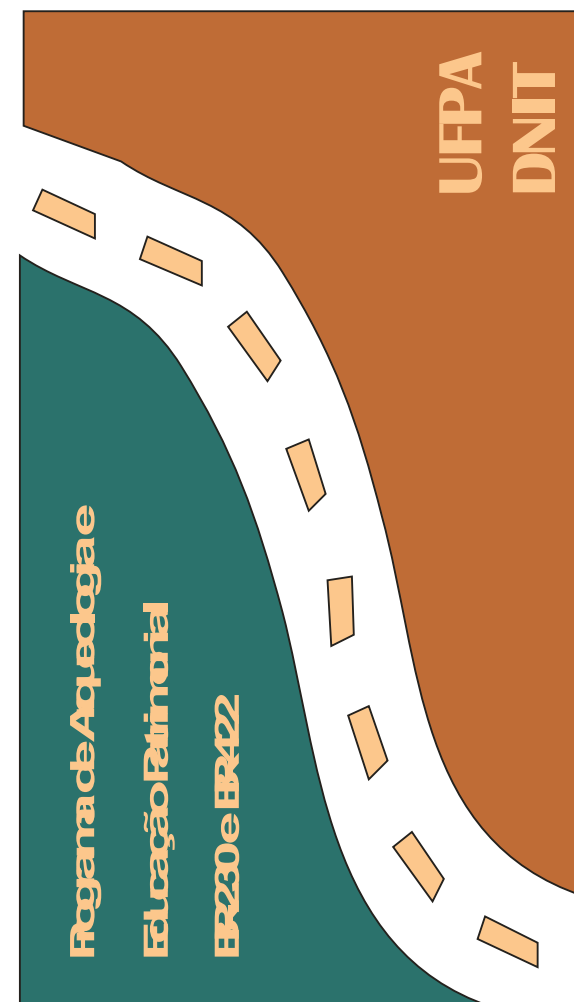
**“Programa de Arqueologia BR-163, BR-230 e BR-422”.**

**UFPA/ DNIT**

**Coordenação:** Denise Pahl Schaan (UFPA)



Gravura rupestre: Anapú



## 11.2. Anexo 2 – Atividades Programadas para Anapú e Pacajá

### ➤ Município de Pacajá

#### **Secretaria de Educação de Pacajá**

**Secretária de Educação:** Maria Farias.

**Diretora de Ensino:** Maria Francinete Souza.

**Coordenadora Pedagógica:** Luciana Lemos.

**Email:** [lulemos77@yahoo.com.br](mailto:lulemos77@yahoo.com.br)

**Fone:** (91) 9117-9689.

**Cláudia (UAB):** levar material de divulgação para a SEMEC.

**Fone:** (91)9190-8824.

**Endereço:** Rua João Miranda dos Santos, Nº 69 – Bairro da Prefeitura (ao lado do Prédio da Prefeitura).

**Fone:** (91) 3798-1576.

**Email:** [semed@pacaja.pa.gov.br](mailto:semed@pacaja.pa.gov.br)

**Zona Urbana:** Entre Educação Infantil e Fundamental: 8 Escolas e 2 escolas de Ensino Médio.

**Zona Rural:** 160 escolas.

**Número de alunos:** entre zona urbana e rural aproximadamente 10 mil alunos.

Primeiro contato c/ a Secretaria de Educação para apresentar o Projeto de Educação Patrimonial, propor uma parceria e agendar datas para as atividades.

Responsáveis: Francilene Parente e Vera Portal.

Dia: 2 de Junho de 2010 (quarta-feira).

Horário: a partir de 14h.

Ficou acordado entre a Coordenação do Projeto de Educação Patrimonial e a Diretora de Ensino de Pacajá:

**Público-alvo:** principalmente professores de todas as áreas de ensino; representantes de turmas, meio-ambiente, Semec.

**Data:** 13 e 14 de Agosto de 2010 (sexta e sábado).

**Local:** Creche Elcione Barbalho.

#### **Parceria**

**Projeto de Educação Patrimonial:**

- Almoço apenas para as pessoas que não são de Pacajá.
- Material para divulgação do curso.
- Pessoal para realizar oficinas.
- Computador.
- Datashow.

### **SEMEC**

- Água.
- Lanche.
- Espaço.
- Serventes para fazer o almoço.
- Datashow.
- Computador.
- Caixa de som e microfone.

### **Escolas**

- Escola Municipal Antônio Tozetti.
- Escola Municipal Julia Gonçalves Passarinho.
- Escola Estadual Aluisio Loch.
- Escola Don José Elias Chaves.
- Creche Elcione Barbalho.

### ➤ **Município de Anapu**

#### **Secretaria de Educação de Anapu**

**Secretária de Educação: Giovanilda Costa Viana**

**Endereço:** Rua 2, Nº 16, Bairro Novo Panorama.

**Email:** [semedanapu@bol.com.br](mailto:semedanapu@bol.com.br)

**Fone:** (91) 3694-1320.

Fone: (91) 9172-2396 (Nilda).

**Coordenadora Pedagógica:** Ana Paula Sousa.

Email: [paul.atm@hotmail.com](mailto:paul.atm@hotmail.com)

Fones: (91) 9105-7998.

(93) 3515-7225.



(93) 9137-7499.

**Pedagogo:** Giuliano Guzzo.

Fone: (91) 9124-1449.

**Zona Urbana:** 4 Escolas Municipais e 2 Escolas Estaduais

- Escola Maria das Dores.
- Escola Ricardo Júnior.
- Escola Estadual Santa Clara.
- Escola Francisco de Assis.
- Escola Estadual Maria José Santana.
- Escola Epiáfio Pessoa.

**Zona Rural:** 88 escolas.

- Ramal do Surubim: 38 escolas.

Técnico responsável: Ezequiel Soares.

- Ramal Centro Nazaré: 20 escolas.

Técnico responsável: Julio Marques.

- Ramal Santana: 30 escolas.

Técnico responsável: Elcione Gomes.

Primeiro contato c/ a Secretaria de Educação para apresentar o Projeto de Educação Patrimonial, propor uma parceria e agendar datas para as atividades.

Responsáveis: Francilene Parente e Vera Portal.

Dia: 2 de Junho de 2010 (quarta-feira).

Horário: a partir de 8h.

Durante a reunião com Ana Paula Sousa (Coordenadora Pedagógica e Giuliano Guzzo (Pedagogo), ficou acordado:.

**Datas agendadas:****Zona Rural**16 de agosto: Ramal Surubim

Local: Escola Oswaldo Cruz.

Horário: 8 ou 9 às 12h e 14 às 17 ou 18h.

Público: Alunos e professores.

17 de agosto: Ramal Centro Nazaré

Local: Escola Brasil Grande.

Horário: 8 ou 9 às 12h e 14 às 17 ou 18h.

Público: alunos e professores.

18 de agosto: Ramal Santana

Local: Escola São José 2.

Horário: 8 ou 9 às 12h e 14 às 17 ou 18h.

Público: alunos e professores.

**OBS: Dever ser organizadas atividades diferentes para professores e alunos, pois estarão em espaços diferentes.**

**Zona Urbana**19 e 20 de agosto: oficinas com professores da zona urbana.

Local: Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria das Dores.

Público: 2 professores de cada escola e representantes de secretárias municipais de Anapu e interessados.

Horário: 8 ou 9 às 12h.

14 às 17 ou 18h.

**Parceria****Projeto de Educação Patrimonial**

- Almoço (quando a atividade acontecer nas Vicinais).
- Lanche.
- Material de divulgação.
- Datashow.
- Computador.
- Pessoal para oficinas.
- Filmes para os alunos.

**SEMEC**

- Espaço.
- Mobilização de Professores.
- Serventes para fazer almoço.
- Caixa de som e microfone.

- Água.

**Escolas**

- Escola E. E. M. Maria José Santana da Silva

**Diretor:** Alexandro Oliveira Moraes.

**Endereço:** Rua 6, Qd.. e Lote Especial.

**Fone:** (91)9132-7814.

- Escola E. E.M. Santa Clara

**Diretor:** Rosemeiry Pedro dos santos.

**Endereço:** Rua Santa Lúcia s/n.

**Fone:** (91)3694-1153.

- Escola Francisco de Assis Pereira Silva.

- Escola Maria das Dores (1º ano a 8ª série).

- Escola Ricardo Junior (1ª a 4ª série).

- Escola de Ensino Infantil Epitáfio Pessoa.

**Contatos das Secretarias de Educação de Anapú e Pacajá**

 **Primeiro contato com Anapú e Pacajá – Junho/2010**

Secretaria de Educação de Anapú

Secretária: Giovanilda Costa Viana.

Fone: (91) 9172-2396.

Coordenadora Pedagógica: Paula.

Zona Urbana: 4 Escolas Municipais e 2 Escolas Estaduais.

Endereço: Rua 2, Bairro Novo Panorama, nº 16.

Horário: a partir de 8h.

Secretaria de Educação de Pacajá

Diretora de Ensino: Maria Francinete.

Coordenadora Pedagógica: Luciana.

Zona Urbana: Entre Educação Infantil e Fundamental: 8 Escolas.

Endereço: Rua João Miranda dos Santos, Nº 69 – Bairro da Prefeitura ( ao lado do Prédio da Prefeitura).

Horário: a partir de 14h.

### **11.3. Anexo 3 - Folder Anapu e Pacajá**

## PATRIMÔNIO CULTURAL, BEM DE TODOS

Muito se tem discutido sobre a preservação do patrimônio cultural, que é como se denominam os bens materiais e imateriais que fazem parte de nossa memória social. No entanto, ainda fazemos pouco uso de nossos patrimônios no processo de ensino-aprendizagem. Acreditamos que o conhecimento deve ser construído a partir do contexto cultural, isto é, considerando o meio em que o indivíduo está inserido e suas representações sociais.

Foi pensando na problemática da educar para a preservação do patrimônio que surgiu a parceria entre o Projeto de Arqueologia e Educação Patrimonial nas Rodovias BR-230 e BR-422 (coordenado pela arqueóloga Denise Schaan) e a Faculdade de Etnodesenvolvimento da UFPA (Campus de Altamira), propondo um diálogo entre pesquisadores e comunidade para a preservação do patrimônio arqueológico, tendo por base a relação entre **Diversidade Sócio cultural, Direitos Humanos e Patrimônios**.

## O QUE QUEREMOS

Proporcionar o diálogo entre universidade, povos indígenas e demais populações tradicionais e sociedade local não-indígena, utilizando-se principalmente do espaço da escola, com o objetivo de estabelecer parcerias e trocas de conhecimentos a respeito dos bens arqueológicos, visando a preservação desse patrimônio a longo prazo e a (re)construção das histórias dos e sobre os lugares vividos.

## COMO FAREMOS

Estaremos oferecendo oficinas para públicos diversos e cursos para professores, além de visitas monitoradas aos sítios arqueológicos da região.

## PROGRAMAÇÃO

### OFICINAS MUNICÍPIO DE PACAJÁ

Local: Creche Elcione Barbalho

13 de Agosto de 2010 – Sexta

➤ 8h às 12h - **Diversidade**

Ministrante: M.Sc. Francilene Parente

➤ 14h às 18h - **Memória e Patrimônio**

Ministrante: M.Sc. Eliane Faria

14 de Agosto de 2010 – Sábado

➤ 8h às 12h - **Direitos Humanos**

Ministrante: Assis da Costa Oliveira

➤ 14h às 18h - **Arqueologia na BR 230**

Ministrante: Cristiane Martins

### OFICINAS MUNICÍPIO DE ANAPÚ

16 de agosto: Ramal Surubim

Local: Escola Oswaldo Cruz

➤ 8h às 12h- **Arqueologia, Memória e Patrimônio**

Ministrantes: M.Sc. Eliane Sousa Faria/ Vera Lúcia Portal

➤ 14h às 18h- **Diversidade e Direitos Humanos**  
Assis da Costa Oliveira

17 de agosto: Ramal Centro Nazaré

Local: Escola Brasil Grande

➤ 8h às 12h- **Arqueologia, Memória e Patrimônio**

Ministrantes: M.Sc. Eliane Sousa Faria/ Vera Lúcia Portal

➤ 14h às 18h- **Diversidade e Direitos Humanos**  
Assis da Costa Oliveira

18 de agosto: Ramal Santana

Local: Escola São José 2

➤ 8h às 12h- *Arqueologia, Memória e Patrimônio*

Ministrantes: Vera Lúcia Portal/ Eliane Faria

➤ 14h às 18h- *Diversidade e Direitos Humanos*

Assis da Costa Oliveira

\* Oficinas com Jovens: **Entre jovens e brincadeiras: construindo sentidos e subjetividades a partir do patrimônio arqueológico**

Ministrante: M.Sc. Francilene Parente

#### ANAPÚ – ZONA URBANA

Local: Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria das Dores

19 de Agosto de 2010 – Quinta

➤ 8h às 12h - *Arqueologia*

Ministrante: M.Sc. Eliane Sousa Faria

➤ 14h às 18h - *Diversidade*

Ministrante: M.Sc. Francilene Parente

20 de Agosto de 2010 – Sexta

➤ 8h às 12h - *Memória e Patrimônio*

Ministrante: M.Sc. Luiza Mastop

➤ 14h às 18h - *Direitos Humanos*

Ministrante: Assis da Costa Oliveira

---

#### Informações

Eliane Sousa - Fone: (93) 9187-2128 Email: [sousa.eliane@gmail.com](mailto:sousa.eliane@gmail.com)

Francilene Parente Fone: (93) 3515-1079/ (93) 9187-8554

E-mail: [faparente@gmail.com](mailto:faparente@gmail.com)

Vera Mendes Portal - Fone : (91) 8139-5113 / E-mail: [vera.marajo@gmail.com](mailto:vera.marajo@gmail.com)

## Educação Patrimonial na BR-230: Transamazônica



UFPA-DNIT-Faculdade de Etnodesenvolvimento

### ETNODESENVOLVIMENTO E PATRIMÔNIO EM ALTAMIRA: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

#### REALIZAÇÃO

Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Altamira

**Faculdade de Etnodesenvolvimento**

Coordenação: Francilene de Aguiar Parente

**Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e**

**Populações Tradicionais (PAPIT)**

Coordenação: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

#### APOIO

Secretaria de Educação de Anapú

Secretaria de Educação de Pacajá

## 11.4. Anexo 4 – Ficha de Inscrição



**Curso de Formação de Professores  
“Arqueologia e Educação Patrimonial”**

**Ficha de Inscrição Nº .....**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Escola que leciona: \_\_\_\_\_

Área de formação: \_\_\_\_\_

Série(s) que leciona: \_\_\_\_\_

Matéria(s) que leciona: \_\_\_\_\_

---

### 11.5. Anexo 5 – Questionário Anapú-Pacajá

<b>1. Informações Pessoais:</b>		
Nome completo:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:		
Celular:		E-mail:
Qual sua idade		
Instituição da qual faz parte:		
<b>2. Questões:</b>		
2.1. Você tinha conhecimento de objetos antigos nessa região? Se sim, onde?		
2.2. Em sua opinião, os objetos da escavação têm alguma relação com o patrimônio?		
2.3 Comente sobre a sua experiência da visita ao sítio arqueológico.		